

1



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1  
2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

## 102<sup>a</sup> Plenária Ordinária do CONAMA.

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

Brasília/DF.  
25 de Maio de 2011.

30

31

32

*(Transcrição ipso verbo)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

2

3  
45

**46 O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Pessoal, vamos lá.  
47 Nós vamos começar então e eu gostaria de declarar aberta à 102ª Reunião Ordinária  
48 do CONAMA. É com muita satisfação que nós acolhemos e recebemos todos aqui  
49 para esse evento. Talvez o CONAMA seja um dos mais importantes ativos ambientais  
50 do País. É um ativo intangível, é um ativo que não pode ser considerado a título  
51 nacional, mas é uma instituição da qual nós todos nós orgulhamos muito. E hoje ele  
52 se reúne em um dia particularmente importante. Antes de dar início a nossa reunião,  
53 eu vou passar algumas informações para vocês e pedir também que algumas pessoas  
54 nos transmitam também alguns recados, transmita algumas mensagens. A primeira  
55 mensagem que eu gostaria de transmitir Ministra Izabella Teixeira estará aqui amanhã,  
56 antes das 9h da manhã, para uma exposição ao CONAMA, em função da  
57 necessidade de posicioná-los em relação a uma série de acontecimentos envolvendo  
58 a política ambiental do País. Eu destacaria as discussões do Código Florestal, e as  
59 discussões relacionadas ao combate e o desmatamento na Amazônia. Os senhores e  
60 senhoras terão conhecimento hoje à noite pela mídia, mas a Ministra se encontra hoje  
61 em Sinop no Mato Grosso para a primeira operação do gabinete de crise onde a  
62 Ministra Izabella Teixeira e o Ministro Nelson Jobim, o Ministro José Eduardo Cardozo  
63 juntamente com Estado Maior das Forças Armadas, o GSI, estão operando no  
64 combate ao desmatamento particularmente no Estado do Mato Grosso, essa iniciativa  
65 marca a deflagração de uma série de outras que o Governo vai desenvolver com  
66 vistas ao sufocamento da prática de desmatamento como tal ocorreu em função dos  
67 acontecimentos recentes no segundo trimestre de 2011. Então, essa é a primeira  
68 informação, a Ministra estará aqui amanhã às 9h da manhã para uma reunião com  
69 todos os membros aqui do CONAMA para compartilhar uma série de informações  
70 importantes relacionadas à política ambiental do Estado. O segundo informe, eu vou  
71 pedir ao nosso querido Ministro, Embaixador, que relate a reunião que o conjunto de  
72 ex-ministros de meio ambiente teve com a Presidenta Dilma Rousseff ontem.

73  
74

**75 O SR PAULO NOGUEIRA NETO (ADEMA/SP)** – Ontem foi um dia muito importante.  
76 Eu faço parte de uma Comissão, uma Comissão assim, única porque foi composta de  
77 ex-ministros e eu nunca fui Ministro, mas me incorporaram como Ministro também e lá  
78 fui eu. E a nossa preocupação era exatamente com as consequências que poderiam  
79 advir de uma nova realidade que fosse, digamos, manifestada pela Câmara dos  
80 Deputados e estivemos também uma reunião com a Presidenta Dilma, e ficamos  
81 muito agradavelmente, vimos com muita satisfação que as nossas preocupações  
82 eram também as preocupações da Presidenta, ela também estava preocupada com  
83 os rumos futuros que poderiam ser dados a execução dos princípios ambientais e  
84 tivemos depois da votação uma derrota da área ambiental mais chegada, digamos  
85 assim, a legislação existente que foi inteiramente inesperada pela sua extensão.  
86 Agora, adiante do que aconteceu e adiante das várias posições, nós percebemos, eu  
87 percebo claramente que existe também um fundo comum de preocupações, quer  
88 dizer, não se trata de distinguir o meio ambiente, trata-se de dar uma nova orientação  
89 em certos aspectos e ao fazer isso, nós podemos participar também da reconstrução  
90 das entidades ambientais mesmo porque o Brasil pela sua extensão e pela sua  
91 biodiversidade, é importante para o mundo todo, todos os países do mundo estão de  
92 olho em nós para ver o que nós vamos fazer com as nossas grandes florestas,

4

93principalmente, em relação à floresta amazônica. Então, eu acho que o CONAMA é  
94um dos pontos de encontro de pessoas que têm, digamos assim, uma ideologia  
95diferente do que se refere ao meio ambiente. E dos nossos encontros aqui, da  
96cordialidade que existe aqui, eu acho que nós podemos exercer um papel muito  
97importante para que os novos rumos que estão sendo traçados incorporem também a  
98nossa necessidade de preservar vigorosamente a biodiversidade. A prova disso é que  
99não houve nenhuma palavra contrária às unidades de conservação, ninguém nessas  
100discussões todas sequer mencionou as unidades de conservação porque não havia  
101divergências a respeito das unidades de conservação. Então, o desenvolvimento das  
102unidades de conservação pode ser um dos pontos novos a serem tratados no sentido  
103de receberem maior apoio e de assegurarem a sobrevivência da biodiversidade.  
104Então, eu quero mais uma vez manifestar a minha confiança e a minha esperança  
105aqui na ação positiva do CONAMA. Muito obrigado.

106

107

108**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Muito obrigada  
109Paulo Nogueira. Esse assunto vai ser retomado amanhã pela própria Ministra, mas  
110um aspecto importante dos eventos de ontem foi uma clarificação, uma explicitação  
111do posicionamento da Presidenta em relação às discussões relacionadas ao Código.  
112Mas isso, a Ministra amanhã vai tratar diretamente com todos. Eu queria convidar o  
113Ailson também da Secretaria de Direitos Humanos para um breve informe em relação  
114aos acontecimentos de ontem, os trágicos acontecimentos resultados de uma  
115emboscada e a chacina de dois ambientalistas.

116

117

118**O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO (Secretaria de Direitos Humanos da**  
119**Presidência da República)** – Eu sou da Secretaria de Direitos Humanos e ontem nós  
120fomos surpreendidos com os assassinatos de dois ambientalistas o projeto de  
121assentamentos lá em Nova Ipixuna. Nós, imediatamente, tomamos providência no  
122sentido da apuração desse bárbaro crime e solicitamos a polícia do Pará que  
123apurasse esse crime e a federal e eu vou pedir para ler aqui uma nota pública que  
124ontem a Secretaria soltou nesse sentido de apuração desses crimes. Eu faço parte da  
125Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo e infelizmente no Pará, nos  
126últimos anos, têm acontecido muitos assassinatos, principalmente, na grilagem de  
127terra e desmatamento ilegal das madeiras. De 2001 até 2010 nós tivemos lá 120  
128assassinatos, no sentido, a maioria referente a desmatamento ilegal e grilagem de  
129terra. Nós temos tomados algumas providências nesse sentido, feito reuniões,  
130audiências públicas, chamando os proprietários, todas as pessoas envolvidas para  
131tentar atenuar esses graves crimes que vem acontecendo lá no Pará. Então, nós  
132soltamos essa nota pública hoje e o pessoal já foi para lá para a região, a Polícia  
133Federal junto com a Polícia Civil, para apurar esses crimes. Então, eu vou ler aqui  
134sobre a nota pública que está no nosso site que nós soltamos ontem. “Sobre o  
135bárbaro assassinato do casal José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo,  
136no município de Nova Ipixuna, no sudeste do Pará, ocorrido na manhã de hoje, a  
137Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) vem a público  
138afirmar que: tão logo recebemos a notícia da morte dos assentados do projeto  
139Agroextrativistas Praialtapiranheira – que explora madeira e castanhas de forma  
140sustentável e denuncia a extração ilegal de madeira na região e supostos crimes

141ambientais – a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos entrou em contato com a  
142Polícia Civil do Pará e com a Polícia Federal. A Polícia Civil confirmou que o crime foi  
143de execução na estrada vicinal que leva ao projeto, que conta com 400 famílias  
144assentadas. José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, cuja militância  
145na área ambientalista era reconhecida nacional e internacionalmente, não  
146participavam de nenhum programa de defensores de Direitos Humanos do governo  
147federal. Todo e qualquer assassinato deve ser condenado com veemência, bem como  
148a criminalização dos movimentos sociais e dos trabalhadores rurais. Essa execução  
149motivada por uma luta legítima de defesa ambiental é uma afronta aos Direitos  
150Humanos. Segundo a Ouvidoria Agrária Nacional, do Ministério do Desenvolvimento  
151Agrário, entre 2001 e 2010, 58 pessoas foram assassinadas no Pará por conta de  
152conflitos na terra e 62 mortes estão sob investigação no mesmo estado. Isso deixa  
153claro que esse assassinato não é caso isolado, mas com o objetivo de calar a voz de  
154lutadores de uma justa e honrosa causa. O governo brasileiro não aceita que esse tipo  
155de práticas ocorra em nosso país e não poupará esforços para identificação e  
156responsabilização dos criminosos. Reiteramos que a presidenta Dilma Rousseff  
157determinou à Polícia Federal que investigue o caso. Da mesma forma, estou  
158determinando que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)  
159acompanhe a situação, em especial no apoio às famílias assentadas e no trabalho  
160investigativo, priorizando os Direitos Humanos de todas as pessoas. Exigimos das  
161autoridades do Pará uma rigorosa investigação e ação enérgica para evitar que esse  
162e outros casos de execuções sumárias fiquem impunes. Ministra Maria do Rosário  
163Nunes, ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da  
164República. (*Palmas*).

165

166

167**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Muito obrigado,  
168Ailson. Bom, é nesse ambiente que nós vamos começar essa reunião. É um momento  
169que exige muita calma e muita serenidade. Nós temos uma agenda que transcende os  
170eventos da conjuntura, mas é importante dizer que essa conjuntura também que pauta  
171as discussões relacionadas à política ambiental. Nós vamos começar então com a  
172discussão e votação da transcrição da Reunião Ordinária de 30 e 31 de março, da  
173101º Reunião. Gostaríamos de saber se todos receberam e se há alguma  
174manifestação no sentido contrário em relação à aprovação da transcrição?  
175Consideramos então aprovada a transcrição. E vamos dar sequência aos nossos  
176próximos tópicos da pauta que é a apresentação dos nossos novos Conselheiros.

177

178

179**A SRª. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Bom dia a todos. Alguns novos  
180conselheiros estão chegando a CONAMA para os quais nós damos as nossas boas  
181vindas. O capitão-de-mar-e-guerra Antônio Joaquim Gonçalves Moreira pelo  
182Comando da Marinha. Pedro Imar Camelo Melo pelo instituto ICMBio. Marcelo de  
183Paula Neves Lélis, Ministério das Cidades, Maria Augusta Boulitreau Assirati. Eu vou  
184pedir para que levantassem. Então, capitão-de-mar-e-guerra Antônio Joaquim  
185Gonçalves. Obrigada. Voltando ao CONAMA, não é isso? Bem-vindo. Pedro Imar.  
186Não está agora. Marcelo Lélis. Bem-vindo. Maria Augusta Boulitreau Assirati,  
187Ministério da Justiça. Sérgio Macedo Gomes de Matos, Ministério da Pesca e  
188Aquicultura. Renata Álvarez Rossi está no Plenário pela Secretaria Especial de

189Política para as Mulheres da Presidência da República. São três novas conselheiras.  
190Daniela Fernandez Alarcon. Steffani Natália Ribeiro e Silva. Pelos governos estaduais,  
191Estado da Bahia, Vanessa Arduina Lima. Bem-vinda Vanessa. Rossana Cristina  
192Honorato de Oliveira, Estado da Paraíba. Bom-dia. Governos municipais, aqui, alguns  
193conselheiros que mudaram as regiões, já eram conselheiros do CONAMA por outras  
194regiões, então, é uma nova posse no nosso sentido aqui. João Ismael Nardoto,  
195ANAMMA nacional. Bom-dia. Bem-vindo. Lécio Victor. Pedro Henrique Gonçalves  
196Lira, ANAMMA Centro-Oeste, Fernanda Aguiar, ANAMMA Nordeste , João Carlos  
197Monteiro, ANAMMA Norte, Nívio Tadeu, ANAMMA Sudeste, Jussara Carvalho,  
198ANAMMA Sudeste. Bem-vinda. Cristiane Casine pela ANAMMA Sul. Bem-vinda. E  
199pelas entidades de trabalhadores da sociedade civil, pela ABES, Célia Regina Alves  
200Rennó. A Célia está aí. Bom-dia. Auridenes Alves Matos pela FURPA. Não está aqui  
201agora. Marcelo Pettro Mosmann pela INGA, suplente também. Não está aqui.  
202Entidades empresariais, CNT, João Emílio Freire Filho, que também não está.

203

204

205**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA) –** Vamos em frente.  
206O nosso quarto tópico de pauta diz respeito ao recurso da sociedade civil à Ministra  
207em relação à eleição do presidente da Câmara Técnica.

208

209

210**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA) –** Na Plenária de março, nós por  
211unanimidade votamos a prorrogação do mandato dos membros das câmaras técnicas  
212até que o novo Regimento Interno fosse aprovado. Naquele momento, nós  
213entendemos que as entidades ambientalista poderiam a critério delas fazerem alguma  
214alteração em Câmara Técnica na medida em que tinha havido em fevereiro a eleição  
215para um novo biênio. Todos os outros seguimentos continuariam os mesmos, isso  
216para evitar que num espaço de tempo muito pequeno nós fizéssemos várias  
217alterações porque na proposta de Regimento em pauta nessa Plenária há previsão de  
218extinção de alguma Câmara Técnica e difusão de outras. Naquele momento não se  
219falou sobre presidência de Câmara Técnica e em seguida nós recebemos uma  
220demanda das entidades ambientalistas do CPCNEA pedindo que fosse pautada em  
221todas as reuniões a eleição para a presidência porque o mandato também era de dois  
222anos e estaria também já encerrado. O entendimento que a Secretaria Executiva do  
223CONAMA teve é de não haveria porque se falar em presidência na medida em que o  
224acessório que seria a questão da presidência acompanha o principal que era a  
225prorrogação do mandato. Se já havia uma decisão da Plenária de que o mandato  
226estava prorrogado, estaria também automaticamente prorrogado o mandato de  
227presidente. A única exceção que nós entendemos que era cabível era a eleição da  
228Câmara Técnica de educação ambiental que era presidida por uma ONG, a Oca  
229Brasil, não mais reconduzida para o CONAMA, então, nós pautamos exclusivamente  
230para a essa. No momento seguinte, a divulgação desse entendimento da Secretaria  
231Executiva, a CPCNEA nos encaminhou um recurso à Ministra ainda mantendo o seu  
232entendimento, então, na medida em que nós tínhamos essa próxima Plenária, nós  
233pautamos isso para consultarmos os senhores sobre se acompanham esse  
234entendimento tido pela Secretaria Executiva? O principal argumento que eu já  
235antecipo, mas depois nós abrimos a palavra para os representantes das entidades  
236ambientalista é de que eles têm um mandato de dois anos e eles teriam prejuízo por

237 pelo menos alguns meses na medida em que eles não seriam presidenciáveis para  
238 essas câmaras técnicas.

239

240

241 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Bom dia a todos. Bem, eu  
242 acho que nós entendemos que aquela prorrogação tinha a ver com aquelas pessoas  
243 que eram de várias instituições e seriam prorrogadas naquelas câmaras técnicas.  
244 Com relação ao mandato não houve nenhum acordo entre as ONGs que a  
245 presidência dessas comissões ficasse com os que foram prorrogados os mandatos.  
246 Então, como as ONGs têm dois anos de mandato seriam prejudicadas, não teriam o  
247 direito de participar de nenhuma presidência, uma vez que os mandatos já estariam  
248 prorrogados para outro. Então, seria um prejuízo incalculável para as ONGs que  
249 representa a sociedade o direito também de presidir Câmara Técnica com a  
250 prorrogação de mandato num período de regime e democracia não bate bem  
251 prorrogar mandato de pessoas que estão no mesmo cargo, executivo ou cargo eletivo.

252

253

254 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Bom, a pergunta  
255 que nós fazemos é se o Plenário acompanha o entendimento do Ministério na  
256 condução dos trabalhos em relação aos argumentos postos? Nós não estamos  
257 acolhendo a argumentação e entendemos que esse assunto já está sendo, inclusive  
258 superado pelo próprio passar o tempo. Eu pediria aqueles que não concordam com a  
259 posição do Ministério que se manifestassem? Nós não acolhemos a ponderação, a  
260 questão da FURPA. Então, nós estamos encaminhando, entendendo que os  
261 procedimentos adotados devem prevalecer e estamos encaminhando nesse sentido.  
262 A votação? Então, eu pediria que os que não acompanham a posição do Ministério  
263 que se manifestassem? Os que acompanham a posição do Ministério que se  
264 manifestassem, por favor? Então, vamos em frente. Nós consideramos que a posição  
265 do Ministério prevaleceu.

266

267

268 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Tribuna livre é o próximo tema . Eu já  
269 tenho inscrição, algumas tantas inscrições, pelas entidades e órgãos: FURPA, INGA,  
270 populações tradicionais, IBAMA, ANAMMA nacional e Ponto Terra. Nós temos 15  
271 minutos para a tribuna livre, sei inscritos, a Donizete ainda pedindo inscrição. Mas  
272 alguém? Sete minutos, então eu pediria que utilizassem a tribuna livre com uns três  
273 minutos. Três minutos para cada começo ano pelo Francisco Soares.

274

275

276 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Três minutos, um  
277 pouquinho de tolerância, não tem problema não. Três minutos para cada intervenção.

278

279

280 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Três minutos. Começando pelo  
281 Francisco Soares.

282

283

284**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Antes de eu usar os meus  
285três minutos, eu ia pedir a Mesa que nós dedicássemos um minuto de silêncio pelo  
286assassinato do nosso companheiro João Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito  
287Santo, uma vez que ontem nós tivemos três assassinatos. Foram assassinados esses  
288dois companheiros ambientalistas e na Câmara dos Deputados foi assassinado  
289também o Código Florestal Brasileiro. Então, nós estamos, o Brasil e nós estamos não  
290de preto, nós estamos de luto e o Brasil todo também está de luto pela morte de dois  
291ambientalistas e o Código Florestal Brasileiro que também foi assassinado ontem.  
292Então, eu peço um minuto de silêncio.

293

294

295**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Vamos então nos  
296recolhermos durante um minuto em respeito a esses acontecimentos. Obrigado.

297

298

299*(Um minuto de silêncio)*

300

301

302**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Companheiros, bom dia mais  
303uma vez. Então, com relação às moções que a FURPA apresentou a este Plenário, eu  
304gostaria de enfatizar a importância de ser aprovada a moção que trata sobre a  
305questão do relatório trimestral, com relação ao Programa Nuclear Brasileiro, com  
306relação ao licenciamento ambiental e também a usina nuclear Angra 1, Angra 2 e a  
307futura Angra 3, há um descontamento grande, não sabemos como esse Plenário  
308precisa tomar conhecimento a cada noventa dias, pelo menos o Ministério de Minas e  
309Energia e a Comissão de Energia Nuclear, a Eletronuclear, todas deveriam prestar  
310conta aqui com relação ao licenciamento, no caso de um acidente nuclear, como vai  
311ocorrer a proteção dessa população de Angra dos Reis, que não está satisfeita e não  
312está devidamente bem informada. O outro assunto seria com relação ampliação do  
313Parque da Serra das Confusões, é muita confusão mesmo, porque o Parque da Serra  
314das Confusões foi aprovada a sua ampliação se incluir a Serra Vermelha, que é a  
315floresta mais rica em biodiversidade do Nordeste. E o pior de tudo isso, o ICMBio  
316aprovou, com indenização milionária de R\$ 150 milhões de reais para o Governo do  
317Estado do Piauí, para proteger quase nada, porque a área mais rica está sendo  
318denunciada toda semana no noticiário de televisão do Brasil. Globo News, há mais ou  
319menos uns 15 dias, botou uns vinte e tantos minutos mostrando as coroarias que  
320estão na região da Serra Vermelha. São terras griladas que o Governo poderia ter  
321ampliado na ampliação do Parque da Serra das Confusões incluído a Serra Vermelha.  
322Por outro lado, não sabemos por que o Instituto Chico Mendes comprou essas terras,  
323cujas terras, o Governo do Estado não tem como provar a titularidade dessas terras,  
324não tem escritura, não tem levantamento fundiário, e mais, a Assembléia Legislativa  
325somente agora em fevereiro aprovou a autorização para vender terras que nem as  
326escrituras receberam. Então, o Instituto Chico Mendes comprou terras, sem receber a  
327mercadoria e sem a nota fiscal de entrega, que é o título de propriedade dessas  
328terras. Então, eu pediria que anotasse que suspendesse porque já deu R\$ 50 milhões  
329para o Governo do Piauí, que não repasse nenhum recurso enquanto o Estado não  
330provar a titularidade dessas terras e também considerar que a Serra Vermelha, que é  
331a terra (...) deveria ser incluída, embora já tenha o Decreto, mas teria que ser incluída

332que é a área mais rica em biodiversidade da região. Não pode jamais um Governo  
333Federal comprar propriedade sem a titularidade. O Estado não tem como provar  
334porque muitos têm (...) pequenos proprietários nessa região que foi colocado como  
335ampliação das Serras das Confusões. Então, peço que o Ministério não libere mais  
336nenhum real para o Governo do Piauí até que o Governo prove que essas terras lhe  
337pertencem. Faça um levantamento fundiário e tudo porque há realmente pequenos  
338proprietários que estão reclamando dessa ampliação, não foram consultados e nada  
339sabem. É isso que eu peço. Se possível o Governo do Piauí teria que provar toda  
340essa propriedade.

341

342

343**O SR. PAULO BRACK (INGARS)** – Bom dia a todos. Eu sou do INGA do Rio Grande  
344do Sul e gostaria de trazer aqui uma questão que pode ter uma relação até com a  
345possível mudança com o Regimento em relação a manutenção da Câmara Técnica de  
346áreas minerárias e energia, no momento em que, nós temos aí a questão de que  
347muitos empreendimentos que têm a ver com barramento de rios, eles estão em áreas  
348prioritárias para a conservação e eu tenho aqui, inclusive, da Portaria do Ministério do  
349Meio Ambiente, Portaria nº 9 de 23 de janeiro de 2007, que define uma série de áreas  
350prioritárias, algumas em vermelho, como de extrema importância, de muito auto  
351importância e muito desses empreendimentos hoje estão sendo colocados justamente  
352nessas áreas o que nos parece e, inclusive considerando a questão da mudança do  
353Código Florestal ontem que essas áreas, o Ministério do Meio Ambiente e a  
354sociedade, enfim, com todos as organizações deveria discutir e fazer com que esse  
355mapa que é um instrumento legal junto a Constituição também que defende a  
356biodiversidade brasileira que nós consigamos colocar isso em funcionamento. Então,  
357nós consideramos que com relação aos empreendimentos, nós vamos falar depois em  
358relação às várias hidroelétricas no Brasil, que a capacidade de suporte dos rios  
359brasileiros não estão sendo considerados porque nós deveríamos ter também reserva  
360legal para rio, o que significa isso? Manter estoques da biodiversidade nesses cursos  
361d'água e não considerar passíveis de transformação, conversão, 100% deles em  
362áreas que são ecossistemas totalmente alterados, o que nos nós consideraríamos  
363isso uma afronta, inclusive à Constituição Federal que veda a extinção de espécie.  
364Nós temos, além das áreas prioritárias de conservação, a zona núcleo da reserva da  
365biosfera da Mata Atlântica que não estão sendo consideradas nesses  
366empreendimentos. Então, para finalizar, a viabilidade dos empreendimentos, muitos  
367deles até que constam no PAC, elas não passam por uma forma republicana de  
368discussão em que deveria se demonstrar a viabilidade desses empreendimentos.  
369Muitas espécies são desconhecidas desses rios, nós estamos criando extinção de  
370espécies, deveríamos discutir, inclusive a jurisprudência de extinção de espécies,  
371estamos considerando que temos que produzir energia, mas nós temos alternativa.  
372Nós temos também que investir em energias alternativas e temos muitas delas e  
373queríamos que essa discussão seja dada também nessa Câmara Técnica. Obrigada.

374

375

376**O SR. JOAQUIM BELO ( Populações Tradicionais)** – Eu estou aqui só para reforçar  
377o que a Secretaria dos Direitos Humanos se manifestou, no sentido do fato, do  
378lamentável episódio ocorrido ontem assentamento Praialtapiranheira, no município de  
379Nova Ipixuna no Pará, que foi o lamentável assassinato do José Cláudio e da sua



380esposa, sua companheira, a dona Maria do Espírito Santo, onde o seu pecado maior  
381foi defender o seu modo de vida, assim como milhares de extrativistas que estão  
382dentro da Amazônia, no Pará, no Amazonas, no Acre, Amapá, enfim, na Amazônia  
383brasileira. E o seu José Cláudio e a dona Maria vinham intensamente junto com o  
384CNS fazendo uma série de denúncias contra a retirada ilegal de madeira, tanto para a  
385venda ilegal como a indústria de carvão naquela região. E já tinham sido vítima de  
386tentativa de assassinato outras vezes e denúncias foram feitas, mas não foram  
387suficientes para segurar suas vidas e ontem pela manhã infelizmente não foi possível  
388e lamentamos muito a perda. E Sr. Secretário, eu acho que a Ministra vai estar aqui  
389amanhã, eu acho já que passa da hora e nós acreditamos, como Conselheiro  
390Nacional das Populações Extrativistas que só a repreensão na Amazônia não dá  
391conta de coibir essa onda de violência que nunca se encerra, mas está mais do que  
392na hora de contarmos com um projeto de desenvolvimento para essa economia de  
393floresta, por produto madeireira e não (...) um projeto arrojado onde o Estado se faça  
394presente e fortaleça essa economia de verdade e nós saíamos dessa informalidade,  
395dessa ilegalidade que vitimam os companheiros de uma forma geral e ontem quando  
396nós soubemos do episódio passamos o dia todo lamentando e dando visibilidade para  
397o fato que igual o seu Cláudio, igual a dona Maria, têm milhares de pessoas correndo  
398os mesmos riscos por estarem simplesmente defendendo o seu modo de vida. Aí eu  
399nem trato como ambientalistas, são pessoas que defende seu modo de vida, como o  
400meu e como milhos que estão e o Estado fica numa inércia, sem dar uma resposta  
401para o segmento e se coloca como para-choque porque sempre quem está morrendo  
402são os trabalhadores nessa luta. Poucos vezes se ouviu falar em um fiscal que morreu  
403ou de uma liderança de uma grande ONG, são os trabalhadores que no que dia a dia  
404ficam ali naquela lida, naquela labuta que ficam na linha de frente. Eu acho que está  
405mais do que na hora do Estado Brasileiro assumir e construir uma política pública  
406sólida que possa tirar da informalidade, da ilegalidade, esse setor que é importante e  
407especial para a conservação da floresta amazônica. Então, os companheiros que  
408estavam aqui ontem todos foram para a Marabá, que fica 70/km de Marabá onde  
409ocorreu o episódio, estão todos lá em um grande movimento, uma grande vigília, eu  
410espero que a Polícia Federal, a Polícia Civil, os Direitos Humanos possam achar o  
411culpado por isso e que consigam também dar proteção para as pessoas que se  
412encontram nessa situação, que são milhares delas nessa Amazônia. Então, eu  
413agradeço o momento e fica aqui o recado do CNS das Populações Tradicionais.  
414Obrigada. (*Palmas*)

415

416

417**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Lamentando profundamente o  
418ocorrido, Belo, nós agradecemos as suas palavras. Nós chamamos agora o próximo  
419inscrito que é do IBAMA. Eu não sei quem vai fazer uso. Fernando Marques.

420

421

422**O SR. FERNANDO MARQUES (IBAMA)** – Bom dia a todos. Em nome do IBAMA,  
423aproveitamos essa tribuna livre para agradecer a todos os conselheiros desse  
424CONAMA pela moção aprovada que veio a resultar na contratação de mais de 60  
425servidores para o licenciamento ambiental que certamente será de grande valia para o  
426desenvolvimento do nosso país. Muito obrigado.

427

**4290 SR. MAURO BUARQUE (ANAMMA NACIONAL)** – Bom dia a todos os  
430conselheiros. Na verdade, trazer duas decisões de ontem à noite direção nacional da  
431ANAMMA, uma é apresentar para vocês a data do nosso encontro nacional e fazer o  
432convite a todos, ao Ministério e a Ministra que vamos passar as mãos da mesa, o  
433encontro vai acontecer em Sorocaba entre os dias 25 e 29 de setembro deste ano.  
434Então, eu gostaria muito de contar com a presença de todos para enriquecer o nosso  
435encontro que fazemos já há 21 anos. Este ano nós comemoramos 23 anos da  
436ANAMMA, que nasceu em Curitiba há 23 anos. O segundo ponto foi aprovado na  
437nossa reunião diretoria um pronunciamento nosso porque essa a aprovação do novo  
438Código Florestal aconteceu ainda no curso da nossa reunião e foi aprovada uma fala  
439nossa aqui mais contundente em relação a esse assunto, porém, nós avaliando  
440melhor e como a matéria ainda vai para Senado, ainda vai ser tratado pela  
441Presidência da República, eu acho que nós devemos ter um pouco de cometimento e  
442reunirmos as forças e tentarmos montar as estratégias suficientes para fazer as  
443discussões que não foram feitas até agora. Eu acho o que Governo Federal está  
444precisando aprender com o irmão mais novo que são os municípios que quando  
445querem produzir uma legislação reúnem o seu Conselho, faz a discussão que tem que  
446ser feita, abre para discussão com a sociedade, recebe as críticas, dar a cara para  
447levar tapa, mas traduz na lei que está sendo aprovada no município exatamente a  
448necessidade ao entendimento da sua sociedade. Então, eu acho que nós temos  
449tempo para junto com o Senado, nós recuperarmos a discussão que não foi feita com  
450este Conselho. Então é a contribuição que a ANAMMA quer trazer nesse momento,  
451nós nos colocamos parceiros de todos que não criticam o conteúdo em si da lei que  
452foi aprovada, mas a forma foi conduzida até agora porque efetivamente o Conselho de  
453Nacional do Meio Ambiente não teve uma participação ativa a construção. Então,  
454eram as contribuições que ANAMMA tinha para dar nesse momento.

**4570 SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (PONTO TERRA)** – Bom dia a todos  
458as conselheiras, todos os conselheiros, à Mesa. Palavras rápidas, aliás,  
459obrigatoriamente rápidas, eu queria compartilhar com todos os senhores, com todas  
460as senhoras e passar à Mesa depois uns comentários feitos pelo ex-ministro do Meio  
461Ambiente, ex-secretário-executivo desse Ministério, ex-secretário de Estado de Meio  
462Ambiente e Desenvolvimentos Sustentável de Minas Gerais, engenheiro florestal de  
463formação, José Carlos Carvalho, sobre esta questão da revisão do Código Florestal.  
464Doutor José Carlos Carvalho fez um comentário de três ou quatro folhas, diversos  
465comentários que, eu acho Sr.Secretário-Executivo Dr. Francisco Gaetani e demais  
466companheiros da Mesa do Conselho, servem de orientação, servem de reflexão,  
467servem de encaminhamento para o próprio Governo, para o próprio Ministério, para  
468todos nós quando da discussão desse processo no Senado Federal e mesmo depois  
469quando for a decisão ou do veto da Presidenta a alguns artigos, alguns incisos, alguns  
470itens da lei florestal. Na verdade, são comentários propositivos, são comentários  
471também reflexivos, mas são comentários de pessoas que entendem do assunto e têm  
47237 anos de vivência, tanto na gestão pública quanto no campo trabalhando com a  
473questão florestal. Para não dizer que eu fiquei falando só das questões gerais,  
474elogiando esses comentários, eu quero dizer e aí eu passo a ler que é rapidíssimo  
475alguma coisa que ele comenta sobre aquela questão de delegar aos estados para

476 definir determinadas questões. Claramente, Dr. José Carlos Carvalho, contudo, como  
477 os biomas se espalham por mais de um estado a melhor solução não está em remeter  
478 as unidades federadas à legislação complementar, mas estabelecer no âmbito do  
479 próprio Congresso leis específicas para os biomas como, aliás, já ocorreu com a Mata  
480 Atlântica por iniciativa à época do então Deputado Fábio Franco. São comentários  
481 ricos com muitas informações que eu gostaria de compartilhar e para não dizer  
482 também e fugir da questão reflexiva, eu quero lembrar a todos e a todas, se bem que  
483 esse Plenário é muito competente, diligente, inteligente, que 2011 é o ano  
484 internacional das florestas, que daqui alguns dias nós vamos comemorar o dia da  
485 nossa Mata Atlântica, e eu queria terminar entregando para a Mesa com a frase que  
486 nesses comentários do Dr. José Carlos Carvalho ainda no item reflexivo, “o Brasil é  
487 uma das poucas ou senão a única nação do mundo com o nome de árvore, o Pau  
488 Brasil, incluindo na lista das espécies da flora brasileira ameaçada de extinção. É  
489 hora de lembrar aos congressistas dessa verdade. Muito obrigado.

490

491

492 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – A nossa última inscrição na tribuna  
493 livre é o Donizete da Ecodata.

494

495

496 **O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (ECODATA)** – Sr. Presidente, senhoras e  
497 senhores conselheiros, infelizmente, hoje não é um bom dia para todos nós. E eu  
498 quero aqui complementar as palavras do Francisco que três assassinatos  
499 aconteceram ontem, dos nossos extrativistas do Código Florestal e também  
500 apunhalaram de morte o CONAMA, a partir da aprovação do Código Florestal de  
501 ontem, que já restringe as atribuições do CONAMA. Sangraram de morte o CONAMA.  
502 Esta Casa que tem avançado na legislação ambiental brasileira, que tem avançado na  
503 definição do modo de vida, ontem começou o seu sangramento, nós, CONAMA,  
504 fazemos parte da lista já das pessoas que vão ser assassinadas na Amazônia em  
505 defesa da floresta, que vão ser assassinadas em defesa da qualidade da vida dos  
506 brasileiros. E o que nós estamos vivendo hoje com esse velho Código Florestal que  
507 está sendo aprovado, que isso não é novo, que isso volta ao tempo, é uma medida  
508 que desqualifica cada um de nós aqui no CONAMA. Eu quero deixar aqui o nosso  
509 protesto de nossa entidade, da Ecodata, e quero falar aqui também em nome de  
510 outros colegas ambientalistas que é extremamente importante a reflexão para  
511 melhorar e não para retroagir, fazendo e permitindo desmatamento, diminuindo às  
512 competências dessa instituição, e para dar continuidade a este meu depoimento eu  
513 gostaria de convidar aqui para usar um minuto que me resta o nosso colega Mário  
514 Mantovani, da Frente Parlamentar Ambientalista, da SOS Mata Atlântica, por favor, o  
515 nosso Mário Mantovani.

516

517

518 **O SR. MÁRIO MANTOVANI (SOS Mata Atlântica)** – De novo em casa. Bom,  
519 infelizmente com a péssima notícia de ontem. Bom dia a todos e eu acho que nós  
520 temos muito que aprender, muitas lições nós vamos ter que tirar nesse momento. Eu  
521 tenho tentando manter a calma, vocês estão percebendo, porque o que nós vimos não  
522 foi uma falta de diálogo, nós temos uma frente parlamentar ambientalista este ano  
523 com mais de 210 adesões de deputados, nós nunca pedimos sequer a que votava e

524acreditava, todos participam, muitos, inclusive da frente ruralista e o diálogo sempre  
525foi a nossa parte mais importante nesse debate. O que nós vimos ontem não foi uma  
526questão de se os ruralistas são melhores do que os ambientalistas e essa falsa  
527dicotomia jamais poderia ter sido colocado dentro do Congresso. Foi uma falta de  
528governo, foi uma mau encaminhamento que se teve, nós vimos ontem contrabandos e  
529contrabandos, têm muitos aqui que participam no Congresso, que são parceiros  
530nossos, o Caron sabe como foi feito, tudo que se foi colocado dentro daquelas  
531medidas eram para interesses de grupo e a política pública foi rifada nesse País,  
532principalmente, a questão mais importante dessas questões das mortes anunciadas  
533quando se tira a função social da terra, não havia um debate mais sobre o Código  
534Florestal, sobre as questões ambientais, nós estávamos falando sobre a concentração  
535de terra, nós estávamos falando sobre a questão do financiamento agrícola, mais cem  
536bilhões de dólares nessa história, trinta milhões de dólares para ser empurrado a  
537dívida neste País, nós estávamos falando de coisas de interesse de grupos que estão  
538hoje tomando conta no Congresso e que esses caras representavam. Para vocês  
539terem um ideia, como Frente Parlamentar Ambientalista, na semana passada, às 23h,  
540nós saímos da sala do Deputado Vaccarezza, com um texto na mão, com o Paulinho  
541Teixeira, com a Ministra Izabella, com todo mundo, cem passos depois, o texto que  
542estava sendo apresentado lá no Plenário era outro, o Governo reagiu atrasado, quase  
543perde ali naquela quarta-feira passada, percebeu, teve aquele constrangimento geral,  
544e nessa semana, mesmo depois da reunião com o Dr. Paulo lá no palácio do  
545Governo, com todas as conversas que fizemos e nós ambientalista entregamos um  
546documento para a imprensa poder saber qual era o nosso posicionamento e nós  
547víamos a cada momento essas alterações. Então, o que nós é muito grave, o fato de  
548tirar atribuições do CONAMA, no art. 8º da proposta dessa Medida Provisória global,  
549que eles chamam lá, que foi aprovado ontem é o início de um processo onde todas as  
550vezes que se mexer em uma legislação no Brasil vai se tirando atribuições, eles  
551descobriram um caminho para acabar com aquilo que o Dr. Paulo em plena ditadura  
552conseguiu construir um colegiado deliberativo e tudo. Nós estamos vendo dentro  
553desse momento da democracia que o parlamento se retirar a talvez as atribuições  
554mais importantes daquilo que era base lá na questão do CONAMA, do SISNAMA, que  
555nós temos tanto aqui neste Conselho trabalhado para poder manter quando se fala de  
556todas as legislações, eu fiquei 14 anos na luta em defesa da Lei da Mata Atlântica,  
557ocupamos esse espaço aqui numa luta contra o Ministro Krause mostrando para ele  
558que era importante a questão da legislação para os biomas e nós fizemos grandes  
559conquistas aqui e esse Conselho Nacional de Meio Ambiente sempre foi muito forte e  
560sempre atendeu e sempre conseguiu colocar tudo aquilo que pode contribuir, essa  
561heterogeneidade é muito importante para essa nossa questão ambiental. Então,  
562vendo o que aconteceu ontem é um grave problema, eu acho que nós não temos  
563ideia ainda do que pode acontecer com as questões ambientais do País. O que pode  
564parecer ontem uma vitória para esses ruralistas é talvez como disse o Donizete, um  
565dos maiores retrocesso do País. Nós, enquanto, entidades vamos fazer essa  
566manifestação, eu gostaria que o CONAMA atentasse a isso e tomasse atitude porque  
567agora se nós não fizermos isso, ontem foi iniciado a extinção de nosso Conselho  
568Nacional do Meio Ambiente. Obrigado. (Palmas)

569

570

571 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Nós vamos dar  
572 sequência aos trabalhos após as intervenções. Eu queria agradecer a todos pelas  
573 intervenções e dizer que alguns dos pontos levantados vão ser objetos de alguns  
574 assuntos tratados em resoluções e moções e vamos então a nossa ordem para  
575 apresentação da mesa dos pedidos de inversão .

576

577

578 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Dando sequência, o que nós temos  
579 agora previsto é um pedido de inversão de pauta, retirada de matéria ou por escrito,  
580 requerimento de urgência, proposta de moção e de recomendação. Pergunto à  
581 Plenária se tem algumas coisas nessas questões? Não? Então, indo para frente, o  
582 primeiro ponto de pauta que nós temos é a revisão do nosso Regimento Interno. Aqui  
583 a Mesa, eu gostaria de ler e fazer um pequeno comentário sobre o histórico desse  
584 Regimento, como é que surgiu isso: o Regimento em abril de 2007 foi aprovado em  
585 uma Plenária do CONAMA a necessidade de haver uma revisão do Regimento. Em  
586 agosto daquele ano, o CIPAM definiu escopo e reafirmou a necessidade de rever o  
587 Regimento e com isso a primeira reunião do grupo assessor que foi criado para  
588 revisão do Regimento Interno, o GARI, ocorreu entre abril de 2008 e os trabalhos  
589 foram finalizados só em abril de 2009. Então, nós estamos falando de uma coisa que  
590 começou em 2007. Essa matéria foi enviada ao CIPAM que discutiu os textos na 48<sup>o</sup> a  
591 53<sup>o</sup> Reunião, finalizando os trabalhos em setembro de 2010, após uma compilação  
592 das votações de emendas apresentadas pelos conselheiros. Naquele momento, a  
593 minuta de alteração do Regimento Interno, foi aprovada pelo CIPAM e depois  
594 encaminhada para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e vem na pauta para essa  
595 nossa Plenária. Então, é esse o Regimento, o texto que nós apresentamos como um  
596 texto base para a discussão e aprovação aqui. Nós já recebemos, eu estou aqui  
597 procurando na Plenária, eu queria saber se a Marília quer fazer ainda alguma  
598 complementação. Então, nós recebemos por escrito o pedido de vista pela FBCN ao  
599 Regimento Interno do CONAMA. O Regimento não vinha sendo tratado como uma  
600 matéria em pedido de urgência, embora o Ministério tenha se comprometido ao longo  
601 desse processo e com a renovação maciça que houve no âmbito da Plenária do  
602 CONAMA em disponibilizar o texto e ouvir todas as emendas, nós fizemos um dia de  
603 trabalho a menos de um mês, os senhores foram convocados para esse dia trabalho,  
604 ocasião em que nós discutimos amplamente, víamos quais eram os pontos de  
605 divergências, marcamos até o dia 18, uma data para recebimento de alterações e  
606 compilamos essas alterações e recebemos agora o pedido de vista que é regimental  
607 por parte da FBCN.

608

609

610 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Antes de  
611 prosseguir eu queria lembrar que nós tivemos um dia de trabalho exclusivamente  
612 destinado para essa discussão. A pressa é nossa, mas se houver necessidade, se o  
613 Plenário se sentir à vontade para que esse pedido de vista já colhido também, vamos  
614 discutir. Porque a força do CONAMA depende um pouco de condições de  
615 funcionamento que dê robustez institucional ao pleno. Eu queria dizer isso para dizer  
616 seguinte é um processo que está se arrastando por quatro anos praticamente.  
617 Obrigado.

618

**620 SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – É claro que todo o conselheiro tem o  
621 direito de pedido de vistas e obviamente deve ser concedido, eu faço um apelo à  
622 presidência desta sessão que marquemos uma Reunião Extraordinária para que  
623 possamos discutir só essa matéria do Regimento Interno, dada a importância e a  
624 relevância que têm nas modificações que estão sugeridas. Então, eu gostaria que a  
625 diretoria do CONAMA junto com a Secretaria Executiva analisasse essa possibilidade  
626 que façamos daqui a 30 dias uma reunião para discutir só esta matéria que é o tempo  
627 exato que quem pediu vista ao processo possa estar apresentando a sua proposta, o  
628 seu relato sobre o pedido de vista. Então, fica aqui a solicitação do MME, se eu não  
629 em engano também, o MAPA acompanha essa sugestão e gostaria que os senhores  
630 conselheiros também levassem em consideração isso com bastante veemência.

**633 A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Helder, nós temos o adiamento já ainda  
634 sem discussão aqui interna exatamente. Nós temos uma dificuldade de calendário  
635 para marcar uma extraordinária porque veja bem, nós estamos em final de maio,  
636 quem pede o pedido de vistas tem 30 dias, podendo ser prorrogável por mais quinze,  
637 caso haja vários pedidos, vários outros, se complementem o pedido de vistas tem que  
638 haver uma sistematização e compilação dessas emendas, nós estamos há 30 dias  
639 para entrar o mês de julho e quando entra o mês de julho o quórum para uma Plenária  
640 Extraordinária fica comprometido. A próxima Plenária nossa ordinária já está marcada  
641 para o dia 31 de agosto, então se houver os 30 dias, vamos supor, 30 de maio agora  
642 só para facilitar a conta, 30 de junho é o prazo normal, se houver prorrogação de mais  
643 15, 15 de julho, e aí seria exatamente o tempo de começo de agosto haver reunião  
644 para sistematizar e compilar e aí nós teríamos a nossa ordinária. Caso aqui haja um  
645 entendimento que é importante haver uma extraordinária, nós precisamos fechar  
646 alguns acordos internos para não ter a prorrogação e trabalharmos no mês de julho na  
647 compilação das diversas emendas e sistematização, porque o que acontece com o  
648 pedido da FBCN é que ele apresenta uma emenda global e como uma emenda global  
649 não foi possível haver uma sistematização porque é outra lógica de funcionamento  
650 apresentada. Então, assim, embora eu veja com bons olhos a questão da  
651 extraordinária o difícil é organizar esse calendário.

**654 SR. CARLOS BUCUHY (PROAM/SP)** – Nós estamos profundamente consternados  
655 com o que aconteceu ontem, o motivo dos pedidos de vista hoje são de ordem de  
656 mérito e também hoje é uma forma de reflexão do movimento ambientalista na medida  
657 em que nós vamos nos retirar hoje para decidir quais são serão os próximos passos  
658 frente ao duro golpe sofrido pelo CONAMA na perda da sua competência deliberativa.  
659 Eu acho que o maior Conselho Nacional, órgão maior, a cabeça do sistema do  
660 SISNAMA foi de certa forma aviltado nas suas funções por um a decisão unilateral do  
661 Congresso que não contempla os elementos constitucionais de gestão participativa,  
662 portanto, nós vamos nos retirar, a bancada ambientalista, outros setores também,  
663 todos os pontos de pauta foram hoje objeto de pedido de vista por nós e por outras  
664 entidades de modo que eu gostaria de consignar aqui o meu repúdio ao que  
665 aconteceu ontem e dizendo que o movimento ambientalista está refletindo hoje sobre  
666 as futuras ações. Obrigado. (Palmas)

29

667

668

669**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Bom, nós temos  
670um problema agora, um impasse de ordem técnico político. Perdão. José Cláudio.

671

672

673**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**  
674**Gerais)** – Eu perguntaria a mesa, parece que está previsto no Regimento atual e está  
675previsto no novo também independentemente do pedido de vista se a matéria não  
676poderia ser discutida. Eu acho que o que está acontecendo aqui hoje e já aconteceu  
677em várias outras reuniões do CONAMA e talvez essa seja uma das razões por  
678descrédito do CONAMA, inclusive pelo Congresso Nacional é isso, quanto que é o  
679custo de cada um de nós de sacrificarmos agenda, de virmos aqui para Brasília e  
680chegarmos aqui é pedido de vista e vai todo mundo embora? (*Palmas*). Eu acho que  
681nós temos que repensar nisso que nós estamos fazendo e é continuamente. Isso  
682que dá o descrédito e a Câmara Federal fez e vai continuar fazendo isso, e mais, eu  
683acho que tem que fazer mesmo, se é um Conselho que não consegue nem se reunir,  
684eu acho que ele também não tem essa importância que nós pensamos que ele tem.  
685(*Palmas*)

686

687

688**O SR PAULO NOGUEIRA NETO (ABEMA/SP)** – Foi afirmado aqui que o CONAMA  
689perdeu poderes na sua atuação, eu não sabia disso, aliás, eu não li por extenso o que  
690foi aprovado ontem, mas a perda de poderes do CONAMA é inteiramente  
691inadmissível. (*Palmas*).

692

693

694**SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Bom dia a todos. Na  
695verdade, o que eu queria dizer, o José Cláudio já colocou com as suas palavras, não  
696é de hoje que nós temos visto o CONAMA sendo desacreditado em vários outros  
697fóruns que nós participamos, conversamos e atuamos. E esse Regimento Interno tem  
698no seu art. 12, especialmente, que ele faça uma mudança estratégica nos  
699encaminhamentos da matéria e na relação da matéria que dá importância e que dá  
700crescimento institucional ao próprio CONAMA evitando, inclusive as críticas que são  
701feitas. É muito comum as pessoas quando são criticadas e, grupos também são  
702criticados, colocarem culpa em quem está criticando ao invés de fazer uma reflexão e  
703tentar avaliar o que isso está acontecendo, o porquê que um CONAMA que sempre foi  
704tão respeitado tem sido alvo da tanta crítica. Eu acho que nós temos que fazer uma  
705reflexão interna e a discussão do Regimento Interno faz essa discussão para que nós  
706possamos refletir melhor sobre o papel do CONAMA nessa questão ambiental, eu  
707sempre fiquei muito assustada na época, nos oito anos de Governo Lula, por exemplo,  
708nunca Presidente da República ter requerido ao CONAMA uma discussão de impasse  
709ambiental, ele forma o comitê de crise, ele forma um núcleo interministerial, nunca  
710chegou a esta Casa aqui e pediu orientações sobre qualquer coisa que fosse no  
711momento crucial por quê? Se este é o Conselho que poderia dar essa indicação? Por  
712isso mesmo porque a prática é essa, vem, demora quatro anos, quando está tudo  
713pronto pede vistas e é mais uma reunião e as pessoas não encontram na Casa, a  
714resposta que essa Casa, pela sua representação, poderia dar. Então, eu reforço o

30

715pedido do Conselheiro José Cláudio de que pelo menos nós possamos discutir porque  
716a discussão é uma reflexão sobre o nosso papel e sobre o que está acontecendo lá  
717fora em relação à imagem que nós estamos transmitindo para toda a sociedade. Nós  
718não podemos esquecer que o Congresso Nacional é a maior representação da  
719democracia brasileira, lá, eles foram escolhidos pelo sufrágio universal e não por  
720pequenos núcleos como nós somos escolhidos, lá é sufrágio universal, a sociedade  
721brasileira, gostemos ou não está lá representada e não aqui. Obrigado. (*Palmas*)

722

723

724**SR. BRUNO LÚCIO MOREIRA MANZOLILLO (FBCN)** – Autor do pedido de vista.  
725Depois da reunião do dia de trabalho, ficou acertado que nós teríamos até o dia 18  
726para apresentar nossas emendas. Eu cheguei ao Rio, sentei no computador e fiz uma  
727análise mais profunda sobre a proposta de Regimento. Eu já tinha participado de  
728discussões de Regimento na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos sem ser membro  
729de CT, mas usando a possibilidade de palavra nos debates. Talvez pela minha  
730formação em Administração Pública, de 1962, a minha experiência, de ter trabalhado  
731muito com regimentos internos, eu dei tanto palpite na Câmara Técnica de Assuntos  
732Jurídicos, eu vou dizer que eu só dei palpite porque eu não sou membro da Câmara  
733Técnica, que eu levei até um pito muito merecido do Gurgel porque eu estava  
734atrapalhando o trabalho de tantas emendas e tantas observações que eu fazia ao  
735texto que estava em discussão, correto? Ele pediu desculpas, eu disse, não eu é que  
736te peço desculpas por ter tumultuado a reunião. Então, quando eu sentei no Rio, sem  
737o Gurgel para servir de contraparte, eu comecei a fazer observações e resultou , na  
738realidade, numa espécie de um substitutivo mais amplo do que a proposta que seria,  
739vamos dizer, a proposta do Plenário e no dia 18 eu apresentei a minha proposta,  
740como todo mundo apresentou, a Adriana me ligou e disse, “Bruno, como é que eu  
741encaixo uma coisa na outra”. Eu vim para Brasília antes, com antecedência, sentei  
742com o Anderson e tentamos transformar o meu substitutivo em pedacinhos adaptável  
743ao projeto que está em discussão e desistimos. É impossível. É mais fácil fazer ao  
744pegar o meu documento e colocar, aliás, o meu documento praticamente já inclui todo  
745o trabalho que foi feito e mais alguma coisa. Então, nós chegamos à conclusão que  
746era impossível. Pela norma, pelo Regimento, pelo regulamento tem que entrar em  
747pauta o trabalho que já veio da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Então,  
748praticamente tudo aquilo de novo que eu estava trazendo ia se perder, alguém  
749comentou, você deveria ter feito parte do GARI, só que eu não era conselheiro e  
750quando o CIPAM pediu sugestões eu estava a tão pouco tem no CONAMA que eu  
751não sabia nem o que era o CIPAM, e acredito que a maioria dos conselheiros quando  
752tomam posse não tem ideia do que é o CIPAM. Então, eu só comecei a trabalhar a  
753ideia na reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos onde eu não era chamado.  
754Então, nós víamos o seguinte, discutimos várias alternativas, dar um tratamento extra  
755regimental ao estudo do regimento, criar uma pequena comissão de três, quer dizer,  
756não é só para pegar as emendas que foram apresentadas e jogar no projeto antigo, é  
757fazer a fusão com a proposta que eu apresentei ou até chegar a conclusão que a  
758minha proposta é uma bobagem muito grande e não precisa aprovar, mas as  
759pessoas que viram e disseram, tem uma porção de coisas interessantes, algumas eu  
760não concordo, mas tem uma opção de coisa interessante que não pode se perder e  
761iria se perder. Então, a saída que nós tivemos é que pedindo vista, e seria só eu, tem  
762que se fazer um relatório e nesse relatório dá para juntar as duas coisas com calma.



763Desculpem-me e se quiserem nós aprovamos a proposta que veio da Câmara  
764Técnica de Assuntos Jurídicos com as emendas que foram apresentadas, mas toda  
765aquele material que eu trouxe para enriquecer e que as pessoas que viram, disseram  
766que tinha enriquecido bastante, vai se perder. Às vezes é preferível demorar um  
767pouco mais. Muito obrigado e desculpem-me.

768

769

**770O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Senhoras e senhores conselheiros, eu  
771preciso falar porque eu entendo que essa situação do Regimento é uma coisa muito  
772importante para este Conselho, principalmente, nesse momento, e nos últimos dois  
773anos o Ministério tem feito um esforço enorme de garantir a pauta, de garantir a  
774qualidade das discussões desse Plenário. O Ministério do Meio Ambiente fez uma  
775opção de tentar conduzir essa discussão do Regimento da forma mais transparente,  
776da forma mais cometida, respeitando as mais diferentes perspectivas e tempos de  
777cada um dos setores e conselheiros e conselheiras que estão aqui presente e fez uma  
778opção , por exemplo, de na última reunião não fazer um pedido de urgência para essa  
779temático no sentido de garantir essa pauta porque nós fizemos um esforço enorme de  
780construir com todos os setores uma estratégia, de tentar respeitar as diferenças,  
781realizamos um dia de trabalho, e acreditávamos que hoje, um trabalho que foi  
782realizado por um grupo assessor que durou mais de dois anos e que trabalhou dentro  
783do limite, dentro do possível, onde nós identificamos talvez três ou quatro questões  
784que sejam mais polêmicas em relação aos GTs, talvez a questão da admissibilidade,  
785aspectos relacionados, outras questões que estão ali, três ou quatro questões, mas  
786que são as grandes questões que realmente precisam de uma maior avaliação. Nós  
787olhamos a proposta da FBCN, elas têm algumas questões, (...) algumas questões  
788estão muito bem construídas em alguns aspectos e que tocam nesses pontos focais,  
789mas que o nosso entendimento não justifica e num curto prazo não vão acrescentar  
790uma grande qualidade ao processo quando nós colocamos no balanço a oportunidade  
791que nós estamos perdendo hoje. Nós achamos que esse pedido de vista é inoportuno,  
792inconveniente e ele vai contra um processo que nós tínhamos acordados nos diversos  
793setores aqui dentro desse Conselho. Então, o MMA vem aqui trazer esse depoimento  
794porque nós entendemos que é fundamental garantirmos a qualidade, o tempo e o  
795respeito aos senhores e senhores conselheiros que se deslocam dos seus estados e  
796vem dos seus municípios para que tenhamos aqui uma discussão dentro desse  
797Conselho. Obrigado. (*Palmas*)

798

799

**800O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas  
801Gerais)** – Em face às explicações do Conselheiro Bruno, eu queria perguntar à Mesa  
802ou à Secretaria Executiva porque não foi aceito o substituto dele? Isso é que eu não  
803estou entendendo, sempre foi assim no CONAMA? Ele apresentou tanto emenda que  
804ele fez um novo, apresentasse substitutivo e hoje nós discutiríamos a proposta que  
805veio do CIPAM e substitutivo. Eu quero lembrar que na Resolução CONAMA do  
806proveitamento de lodo de esgoto aconteceu isso, a Zuleica Nicz, representando as  
807ONGs Sul apresentou um substitutivo porque ela modificou tudo e o substitutivo dela  
808foi posto em contraponto a proposta que veio do CIPAM, foi rejeitado e depois foi  
809discutido, se o substitutivo é melhor, é rejeitado o original, eu não entendo porque o

810 substitutivo não foi aceito porque o que ele vai fazer com o pedido de vistas. Eu queria  
811 explicações da Mesa.

812

813

814 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Então, fazendo explicação disso José  
815 Cláudio, o texto dele foi aceito pela Mesa, o que não dava era para ver a compilação  
816 artigo por artigo, mas nada o impediria de apresentar como questões pontuais. Ele  
817 pode apresentar, só que aí ao perceber que a discussão não poderia se dar artigo por  
818 artigo, mas nada o impediria formalmente de apresentar a sua emenda global que era  
819 assim que nós estávamos chamando, ele fez o pedido de vistas, o pedido de vistas é  
820 regimental porque não há pedido de urgência na matéria. Então, ele não precisa nem  
821 passar por votação, mas do ponto de vista da Mesa, o encaminhamento seria esse,  
822 que ele apresentasse as emendas globalmente. Poderia. Só uma outra explicação  
823 não foi disponibilizado o texto dele porque já estava fora do prazo dos 15 dias, isso é  
824 uma outra coisa, assim como todos que apresentaram emenda, quem apresentou  
825 emenda, deixa só eu recordar, o próprio Ministério do Meio Ambiente, Ministério de  
826 Justiça e FUNAI, questões bastantes pontuais., Ministério das Minas e Energia  
827 apresentou depois, CNI nos apresentou, FURPA e Ponto Terra, mas emendas  
828 pontuais e a FBCN essa emenda global apresentada no dia 18, que foi o dia que nós  
829 combinamos para a compilação que era só para facilitar a dinâmica da reunião.

830

831

832 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Só para esclarecer até porque essa  
833 questão dessa emenda global chegou ontem na reunião preparatória, nós fizemos  
834 com o setor ambientalista e eu mesmo apresentei na reunião essa discussão que o  
835 nosso procedimento seria votar o texto base e votar, vamos dizer assim, essa  
836 proposta de emenda global. Esse seria o encaminhamento que nós já tivemos aqui  
837 em outras oportunidades. Então, o que nos surpreendem é esse pedido de vistas que  
838 no momento foi sinalizado na própria reunião preparatória que nós tivemos ontem.  
839 Essa situação de uma certa quebra até de confiança em uma discussão que nós  
840 vínhamos conduzindo é que nos preocupa dentro desse processo e que faz com que  
841 nós realmente tenhamos que usar o regimento ao nosso favor para garantir as  
842 reuniões nas próximas vezes.

843

844

845 **A SR<sup>a</sup>. JUSSARA KALIL PIRES (ABES)** – Bom dia a todos e todas. Eu sou  
846 Secretária de Estado de Meio Ambiente do Estado Rio Grande do Sul. Eu vim um  
847 pouco incentivada pela intervenção da Patrícia, do colega de Minas Gerais e do  
848 Volney, a respeito de oportunidade e inoportunidades. Eu participei, eu sou de turma  
849 dos novos que chegaram, e eu acho que nesse momento nós temos que falar, eu  
850 pelo menos quero colocar algumas coisas em relação à cair essa reunião tão  
851 importante no momento que nós estamos vivenciando. Primeiro, eu participei da  
852 reunião de trabalho com muitos que estão hoje aqui, para mim foi um aprendizado  
853 porque ali eu vi acúmulos desses quatro anos de 2007 para cá e eu participei daquela  
854 reunião, primeiro, a partir da confiança que a priori nós, os novos, que estamos  
855 entrando nesses conselhos, temos que ter em relação ao trabalho que foi efetuado em  
856 quase quatro anos, eu acho que foi um processo importante, pelo que eu deparei  
857 daquela reunião de trabalho e eu acho que houve bastante tempo para as

858contribuições daqueles que já vinham participando desse processo. Mas eu também  
859participei na concepção de que o Brasil vive hoje outro momento, onde eu creio que,  
860como Secretária de meio ambiente nesses quase cinco meses de Governo, lá no Rio  
861Grande do Sul, que nós temos sim a enorme responsabilidade de dar uma nova  
862estatura do à política ambiental deste País para que a essa política ambiental cumpra  
863o seu papel sobre a ótica de gestão, de planejamento estratégico, para que nós  
864tenhamos esse Brasil que está no rumo de ser a 5° mundial e que não pode ser a  
865qualquer preço de que nós tenhamos, o papel de garantir esse desenvolvimento  
866econômico e sustentabilidade ambiental. Mas eu também participei daquela reunião  
867na concepção do significado político dos instrumentos de participação conquistados  
868num amplo e de mais de 30 anos processo de redemocratização do nosso país como  
869os conselhos, esse é um desses instrumentos. Os senhores e as senhoras me  
870perdoem, mas nesse momento como que está entrando eu quero dizer essas coisas  
871aqui. E assim eu entendo que a mudança do Regimento Interno, aprendi isso naquela  
872reunião de trabalho , procurei contribuir como quem está entrando e aprendendo, eu  
873acho que a mudança do Regimento é estratégica para isso, para fortalecimento do  
874próprio Conselho porque se nós temos que dar uma sustentabilidade ambiental  
875mesmo, não como (...), nem como pronunciamento, mas com a responsabilidade que  
876temos como gestores, eu acho que nós temos que dar outra estatura também ao  
877nosso Conselho porque nós só seremos respeitados se nós tivermos a altura nesse  
878momento do nosso papel como Conselho Nacional do Meio Ambiente no processo  
879dessas construções. Eu acho que assim como nós queremos respeito ao nosso  
880Conselho e merecemos, eu acho que nós temo que, eu acho que respeito nós  
881conquistamos com ações, inclusive ultrapassando nos momentos de dificuldades  
882como muitos conselheiros antigos e com toda a experiência a quem eu tendo toda a  
883minha homenagem e eu estou aprendendo, eu acho que nós temos , inclusive de no  
884momento de dificuldades nós temos que não derrubar uma reunião como essa, a  
885Ministra viria aqui amanhã, não derrubar uma reunião como esta, mas enfrentar com a  
886capacidade e com a responsabilidade de quem quer ser ator nos destinos do nosso  
887País. Desculpem-me. É um desabafo, mas eu creio que esse pedido de vistas a este  
888Regimento não é uma questão burocrática, não é uma questão administrativa, um  
889Regimento Interno ele tem que servir a política, política ambiental desse deste País e  
890ao desenvolvimento deste País. Saio frustrada dessa reunião. (Palmas)

891

892

893**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Eu queria chamar  
894Paulo Lustosa e queria agradecer a intervenção da Secretária, mas dizer o seguinte,  
895que a reunião não acabou ainda. Nós ainda temos muita coisa para conversar e  
896vamos propor o encaminhamento logo que encerrar as intervenções.

897

898

899**O SR. PAULO HENRIQUE LUSTOSA (CONPAM/CE)** – Eu, assim como a Jussara  
900estou chegando agora nesse Colegiado, e das minhas experiências anteriores de  
901participação do colegiado, uma das que eu aprendi foi de que sempre que nós  
902chegamos num colegiado nós temos muitas ideias melhores do que a dos quinhentos,  
903duzentos que já estavam há quatro, cinco anos trabalhando nesses colegiados. Nós  
904sempre temos ideias muito melhores do que as pessoas estavam trabalhando, do que  
905as pessoas produziram. Mas aprendi também que se nós não conseguirmos

906abandonar essa crença e não tiver um tanto a humildade os colegiados naufragam, os  
907colegiados não funcionam, porque vai ter sempre gente nova chegando com boas e  
908novas ideias , mas que não podem pelo fato da terem boas e novas ideias  
909questionarem de pronto todo o acúmulo, toda a construção daqueles que já estavam  
910no Colegiado. E este nosso Colegiado atravessa um momento de crise e de  
911questionamento institucional. Eu não gostaria de ver hoje à noite na televisão Câmara,  
912o meu amigo Valdir Colatto, companheiro de partido, subir no Plenário da Câmara dos  
913Deputados para dizer que ele tinha razão quando apresentou e aprovou a 164 ontem,  
914que ele estava certo porque esse Colegiado não consegue fazer andar as coisas, não  
915consegue nem votar as suas próprias regras, avalie as regras que vão regular as  
916atividades econômicas e o desenvolvimento deste País. Este Colegiado, nós, as  
917organizações que aqui estão, vão estar mais hoje ou mais amanhã no Palácio do  
918Planalto pedindo a Presidenta Dilma que vete aspectos pontos do Código Florestal  
919que nós não concordamos. Muito bem, mas alguém falou antes de mim e lembrou que  
920aquela Casa, com todos os seus defeitos, com todas às suas virtudes que  
921representa de fato inconstitucionalmente a todos nós brasileiros. O ato de um  
922Presidente da República vetar uma decisão soberana do legislativo é um ato que tem  
923um preço política elevada, quando a Presidenta veta uma proposta que foi  
924majoritariamente aprovada no Congresso, ela tem um ônus para pagar perante a  
925sociedade, perante aquele legislativo. É muito fácil remeter à Presidenta a  
926responsabilidade e o ônus a pagar de um veto. Se nós vamos pedir e nós certames  
927iremos pedir, mais hoje ou mais amanhã o veto de pontos desse Código Florestal é  
928obrigação deste CONAMA trabalhar, produzir, votar pelo menos o seu Regimento,  
929produzir uma moção de apoio à Presidente da República, ao Ministério do Meio  
930Ambiente naqueles pontos que este Conselho considera relevante e que não  
931abandonaremos apesar da decisão soberana do Legislativo. Só assim, a Presidenta  
932vai ter algum conforto político para poder confrontar a legítima e soberana decisão do  
933Legislativo. Aquele legislativo, bom ou ruim somos nós, eu votei, você votou, todos  
934nós votamos naqueles homens e mulheres que lá estão, se nós, CONAMA, queremos  
935fazer, reverter àquela decisão , por favor, dividamos o peso desta decisão com a  
936Presidenta, dividamos com ela essa responsabilidade e a forma que nós começemos  
937a dividir isso é votando o Regimento, nos organizando para melhor funcionar e dando  
938uma resposta clara para a sociedade de como este Conselho se posiciona em termos  
939do desenvolvimento nacional, da perspectiva, do respeito ao meio ambiente e do  
940cumprimento do nosso papel enquanto ente formulador, orientador da política  
941ambiental desse País. Muito obrigado. (*Palmas*)

942

943

944**O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Bom, novamente eu volto ao palanque e  
945falo direto ao amigo Bruno, colega que discutiu o Regimento Interno, nós tivemos  
946várias discussões, inclusive com ideias muito boas que você colocou, e também  
947agradeço muito a sua posição que você coloca que nos tirou de parte cômoda que  
948estávamos aqui de votarmos o Regimento, vamos ter discussões, aqueles embates  
949que já são costumeiros, mas você nos colocou naquela fase, nós conselheiros na fase  
950do incômodo, o incômodo associado ao que foi decidido ontem na Câmara Federal e  
951agora devido a esses fatos que nós temos que somar, peço veementemente a você  
952Bruno que retire o pedido de vistas e que façamos a discussão do Regimento Interno  
953dada as falas de vários conselheiros no (...), inclusive de realçar a importância do

954 CONAMA para nível nacional e para você só ter uma ideia quem trabalha com  
955 resoluções na ponta, nos estados, nos municípios, aí eu conclamo muito os  
956 representantes da ABEMA, os representantes da ANAMMA, o pessoal de ONG, que  
957 estão aí direto que vejam a importância que é uma Resolução do CONAMA quando  
958 você está lá na ponta e quando ele é respeitado. Então, eu acho o que CONAMA  
959 ainda na foi desrespeitado e espero que você que acate esse apelo, não é só do  
960 representante do MME , mas de todos os conselheiros que vieram aqui e que você  
961 releve essa questão e coloque as questões importantes quando tem similaridade nos  
962 artigos do Regimento Interno que sejam votados e sejam aceitas as suas propostas ,  
963 mas , por favor, retire o pedido de vista para que nós possamos analisar e deliberar  
964 sobre o Regimento Interno nessa reunião hoje. Muito obrigado. (Palmas)

965

966

967 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Pedido de vistas por enquanto nós só  
968 temos da FBCN. Confere? Porque é claro que nós imaginamos que outros se  
969 agreguem, mas como estamos nesse momento da Plenária, só isso? Está bem.

970

971

972 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Bom, nós vamos  
973 fazer o seguinte, nós estamos numa situação de muito estresse emocional, uma  
974 situação política complicada, os fatos de ontem nós estamos sobre o impacto desses  
975 fatos e em função desses fatos envolverem a própria dinâmica de funcionam da  
976 própria existência do CONAMA, nós estamos sentido a necessidade da refletir um  
977 pouco sobre o que nós estamos vivendo agora. Para nós é muito importante preservar  
978 o encontro da Ministra com vocês todos amanhã de manhã. Então, eu estou  
979 começando de traz para frente para dizer o seguinte, nós estamos propondo que nós  
980 suspendamos a reunião agora e retorne às 3 horas, com dois cenários, o primeiro  
981 cenário é manutenção de um ou mais pedidos de vistas e que tornam a reunião da  
982 tarde uma reunião de discussão técnica sobre os principais pontos do Regimento, nós  
983 vamos procurar ganhar esse tempo, o tempo de vocês aqui é precioso e nós  
984 queremos processar essas discussões na medida do possível, respeitando a questão  
985 dos pedidos de vistas, que é justamente um (...) do Regimento Interno. Nós não  
986 podemos ser reféns de moções de pedido de vistas que truquem e que fragilizem a  
987 dinâmica de funcionamento do CONAMA, mas enfim, nós estamos até o momento  
988 prisioneiros dessas regras do jogo. Então, no primeiro cenário, a reunião da tarde  
989 seria uma reunião de trabalho. No segundo cenário, se forem retirados os pedidos de  
990 vistas será uma reunião deliberativa. Então, nós vamos interromper a reunião agora,  
991 retomamos às 3 horas da tarde. Antes, porém, eu queria dizer algumas coisas, nós  
992 somos uma democracia ainda relativamente jovem, o Paulo Lustosa, lembrou com  
993 muita propriedade a questão dos papéis aqui do Congresso Nacional. Ontem houve  
994 uma votação na Câmara, agora há uma votação no Senado, o Senado, se houver  
995 modificação volta para a Câmara e depois ainda há a atuação da Presidente da  
996 República, esse processo todo relacionado a discussão do Código Florestal teve  
997 vários saldos. Alguns deles são de Ginotta, a sociedade discutiu durante cinco meses,  
998 o País inteiro, a mídia inteira hoje está discutindo hoje o Código Florestal, os principais  
999 pontos de conflitos estão hoje expostos. Quem é quem nesse processo está cada vez  
1000 mais claro. A Presidente da República se posicionou pessoalmente em relação a uma  
1001 série de pontos sensíveis. Nós estamos ainda no primeiro tempo de um jogo e ainda

1002tem segundo tempo, prorrogação . Eu acho importante nós demonstrarmos equilíbrio e  
1003serenidade nesse momento. O CONAMA é o instrumento de avanço dessa discussão.  
1004Foram apresentadas propostas aqui, inclusive para que o CONAMA assuma alguns  
1005postos, explicita alguns posicionamentos, instrumentalizem o processo de negociação  
1006contribuindo para esse fórum, que é o Congresso Nacional, para discutir esses  
1007assuntos. Então, eu peço a todos que, por favor, é fundamental para que nós  
1008continuemos esse trabalho para fortalecermos essa instituição que na parte da tarde  
1009retornemos, aprofundemos as discussões, seja em relação à discussão paralisada  
1010pelo pedido de vistas, seja em relação à discussão desobstruída pela retirada dos  
1011pedidos de vistas para que nós possamos processar essas conversas  
1012adequadamente. É nessa que eu acho que a lucidez dessa instituição é mais  
1013fundamental para o seu fortalecimento e para a sua sobrevivência. Nós estamos  
1014suspendendo a reunião agora e retomaremos às três horas da tarde. Às 14h30  
1015estaremos aqui. Obrigado.

1016

1017

1018(*Intervalo para o almoço*)

1019

1020

1021**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Vamos dar início  
1022da seguinte maneira, como o autor do pedido de vistas ficou de nos dar uma posição  
1023agora na parte da tarde, se seria mantido ou não, ele não chegou ainda. Nós vamos  
1024propor que se suspenda esse ponto e vamos dando sequência aos outros pontos e  
1025vamos trabalhando. Acho que é o melhor que nós podemos fazer para fortalecer o  
1026CONAMA e demonstrar também que os dados estão rolando ainda, tem muito jogo  
1027pela frente, nós não podemos também ficar paralisados em função da política, afinal,  
1028nós somos parte dessa política também. Vamos lá, Adriana.

1029

1030

1031**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – O próximo ponto de pauta que nós  
1032temos é uma Resolução com a complementação da Resolução nº 417,  
1033esclarecimento.

1034

1035

1036**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Eu queria pedir um  
1037esclarecimento à Mesa. Eu posso ter ouvido e não ter entendido. Que todas as  
1038moções foram pedido vistas, é isso?

1039

1040

1041**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Você ouviu  
1042corretamente e eu também, mas não era isso.

1043

1044

1045**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Porque eu entendi e dentro das  
1046moções...

1047

1048

1049**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – É só em relação ao  
1050ponto (...), pelo menos até agora. Eu que agradeço, peço desculpas pela confusão.

1051

1052

1053**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Então, segundo ponto de pauta é  
1054uma complementação da Resolução 417, que definiu vegetação primária e estágios  
1055sucessionais secundários de vegetação de restinga. Esse ponto de pauta, embora  
1056não haja necessidade de pedido de vista por escrito, mas foi feito um pedido de vistas  
1057pela PROAM, pedindo vistas dessa matéria.

1058

1059

1060**O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo de Pernambuco)** – Nós solicitamos  
1061o compartilhamento do pedido de vistas da matéria.

1062

1063

1064**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Então, Governo do Estado de  
1065Pernambuco pede vistas também...

1066

1067

1068**O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo de Pernambuco)** – E compartilhar  
1069com os demais estados, o Estado de Santa Catarina, Estado do Ceará, do Piauí, Rio  
1070de Janeiro, Alagoas...

1071

1072

1073**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Só um minutinho Hélio porque eu  
1074preciso anotar todos, porque é uma questão oficial e depois nós abrimos o prazo,  
1075enfim... Pernambuco. Vai me falando novamente.

1076

1077

1078**O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo de Pernambuco)** – Pernambuco,  
1079Espírito Santo, Amazonas, Santa Catarina, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro e Ceará,  
1080compartilhados.

1081

1082

1083**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Certo.

1084

1085

1086**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Só para  
1087esclarecer, esse pedido de vista dele não tem nada a ver com o outro pedido de vista,  
1088é um pedido de vista ordinária, normal (...).

1089

1090

1091**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – ANAMMA qual? ANAMMA Nacional.  
1092É importante ficar bem claro quem está pedindo de vistas, por causa do recebimento  
1093dos pareceres depois.

1094

1095

1096 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Eu queria uma  
1097 informação do Ministério, a respeito deste documento... Só para me identificar. Meu  
1098 nome é João Carlos de Carli, sou representante da CNA, aqui no CONAMA. Eu sou  
1099 membro da Câmara Técnica, onde esse documento foi aprovado e foi até um  
1100 documento que foi votado rápido, a toque de caixa, não vou dizer assim rápido sem  
1101 uma análise, mas foi rápido e foi muito comentado pelo representante do Ministério do  
1102 Meio Ambiente que lá presente, que esse documento tinha um consenso de todos os  
1103 estados que ele tinha encaminhado a documentação. Aí eu chego aqui agora e vejo  
1104 quase todos os estados que estão banhados pelo mar, pedindo vistas. Eu me senti  
1105 um pouco lesado quando me foi informado, que tudo estava consensado entre os  
1106 estados, e eu chego aqui e todo mundo pede vistas. Eu até comentei lá na reunião, e  
1107 e falei: Olha! Eu sei que o Ministério pode estar consensado, mas não pode ser o  
1108 representante legítimo dos estados que está colocando a concordância com o texto.  
1109 Mas muito não foi discutido exatamente porque disseram que existia um acordo... Um  
1110 acordo não, não existia um consenso dos estados em relação a esse documento. Eu  
1111 fico muito chateado, de repente de chegar aqui e que não existia esse acordo todo e  
1112 fica parecendo que a Câmara Técnica não quis discutir o assunto. Muito obrigado.

1113

1114

1115 **SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Nós vamos passar a palavra para o  
1116 Felipe, que é o técnico da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, que acompanhou  
1117 a matéria. O João de Deus não está aqui hoje, o Felipe está representando. Felipe,  
1118 você podia? Porque nós invertemos um pouco a metodologia, primeiro em geral nós  
1119 fazemos uma apresentação da matéria e depois vêm os pedidos de vistas. Como  
1120 alguns se anteciparam e fizeram o pedido de vistas por escrito à Mesa, então já tinha  
1121 isso, mas você podia fazer um relato inicial da matéria e responder a questão  
1122 apresentada ao Presidente da Câmara.

1123

1124

1125 **SR. FELIPE MONTEIRO DINIZ (SBF/MMA)** – Boa tarde a todos. Felipe Diniz, da  
1126 Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Eu confesso que também estou surpreso  
1127 aqui, porque de fato o encaminhamento desse assunto foi uma iniciativa do Ministério  
1128 Meio Ambiente, para deflagrar um processo que era um cumprimento a uma  
1129 Resolução anterior a Resolução 417/09, que pedia, ao final dos parâmetros  
1130 sucessoriais de estágios sucessoriais da vegetação nativa de Mata Atlântica, uma  
1131 lista de espécies indicadoras, nesse caso, de restinga associado a Mata Atlântica, foi  
1132 feito um trabalho, via consulta, nós contratamos um consultor nesse caso, que  
1133 elaborou uma lista indicativa e essa lista indicativa foi submetido via DCONAMA, com  
1134 uma questão colaborativa, e não como uma condicional aos estados, aos 14 estados  
1135 que possuem esse tipo de vegetação. E recebemos respostas da maioria desses  
1136 estados, acredito que 8 ou 9 estados responderam. Começamos então, a parte  
1137 técnica da DFLOR, do Departamento de Florestas que é carregado disso, começou a  
1138 trabalhar com os profissionais desses estados. E se fez uma comunicação, essa  
1139 comunicação está registrada e se fez as listas. A exceção, foi o Estado de São Paulo  
1140 que não conseguiu terminar de fazer sua lista e, portanto, pediu a retirada de pauta,  
1141 vistas na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Até então ontem, na prévia do  
1142 CONAMA, não parecia que ia ter todos os pedidos de vistas, de uma vez só. Ou a  
1143 falta de um maior diálogo porque se tratava tão somente de uma lista indicadora, tanto



1144que nessa lista, você não vê só espécies nativas, você vê espécies nativas e espécies  
1145exóticas apenas. Apenas para configurar uma fisionomia ou outra. Mas de qualquer  
1146forma, eu sou tomado de surpresa também, porque por mais que não houvesse... Não  
1147era bem um consenso, mas havia um entendimento, tinha um entendimento com os  
1148técnicos dos estados, não sei se isso foi repassado à representação estadual aqui  
1149presente, mas todas as comunicações estão devidamente registradas. O que os  
1150estados pediram que fosse acrescido foi acrescido, o que os estados pediram com  
1151pouquíssimas exceções que fosse retirado, foi retirado. A metodologia foi  
1152uniformizada para todas, então realmente... Mas é isso.

1153

1154

1155**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Eu queria  
1156agradecer ao Felipe da SBF e o De Carli da CNA. Dizer que isso nos dá o que pensar.  
1157Nós vamos, obviamente, respeitar o pedido de vistas, mas estamos trabalhando  
1158contra nós mesmos. Esse mecanismo de participação e de diálogo tão frágeis e, isso  
1159enfraquece o CONAMA.

1160

1161

1162**O SR. LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA (Estado do Rio de Janeiro)** – Eu acho  
1163que no finalzinho aqui, você explicou bem. ontem, na reunião da ABEMA, com todos  
1164os estados, são 14 estados envolvidos, há 10 manifestações, cada uma característica  
1165do seu Estado. Nós não conseguimos entender como as 10 proposições vão estar  
1166aglutinadas num texto só, e que implicações elas vão gerar em outros estados. A lei  
1167da Mata Atlântica coloca claramente que ao definir o estágio primário e secundário,  
1168você vai ter uma série de limitações, inclusive, com relação a qualquer caso de  
1169supressão nessas áreas. É um tema extremamente delicado, que nós precisamos ter  
1170muita clareza, nós que representamos os Estados, do que nós vamos votar.  
1171T tecnicamente não tenho dúvida que o trabalho da Câmara foi árduo, imagino que  
1172esteja bom, mas nós precisamos entender como ficou a junção dessas 10  
1173manifestações. Porque no site mesmo nós estamos com todas elas em separado.  
1174Então, ao colocar junto, um pediu para tirar, pode enrolar o que o outro Estado pediu  
1175para colocar e aí nós vamos ter que ter esse entendimento antes de votar aqui no  
1176texto único. Era essa a dúvida, por isso que todos os estados pediram em conjunto.

1177

1178

1179**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Tudo bem, nós  
1180vamos compatibilizar isso, vamos combinar esse jogo melhor depois, vamos para os  
1181outros pontos. Antes eu pediria ao Vicente Andreu da ANA, para que se juntar aqui á  
1182Mesa. O Rômulo está meio, como autoridade aqui, ele está um pouco abandonado,  
1183precisa também fazer companhia a nós neste momento aqui. Hoje está um dia que  
1184nós estamos um pouco carentes, Vicente.

1185

1186

1187**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Em frente. O outro processo é o 7.3,  
1188proposta de Resolução do CONAMA para regulamentar a nova fase, mais restritiva,  
1189do Programa de Controle da Poluição do Ar por Ciclomotores, Motociclos e Veículos  
1190Similares é o Promot. Rudolf, fazer um breve relato.

1191

1192

1193 **SR. RUDOLF (SMCQ/MMA)** – Obrigado secretário! Boa tarde. Bom, essa  
1194 Resolução cria a nova fase do Promot, que é o Programa de Controle de Poluição de  
1195 Motociclos e Veículos Similares, a fase 4. Ela é particularmente importante neste  
1196 momento em que a frota de motocicletas no país não para de crescer, medidas que  
1197 venham controlar ainda mais as emissões desse tipo de veículos são extremamente  
1198 necessárias. Nós elaboramos, este ano, o Inventário Nacional de Emissões  
1199 Rodoviárias, e comprovamos que realmente todas as tendências são de que haja um  
1200 expressivo aumento nas emissões globais oriundas desse tipo de veículo. Essa fase  
1201 restringe ainda mais as obrigações normativas para motocicletas. E ela também traz  
1202 uma mudança no método de homologação, fazendo com que haja um método mais  
1203 moderno e alinhado com os padrões de homologação internacionais. É basicamente  
1204 isso, é uma Resolução que como todas envolvem modificações de motores e  
1205 combustíveis, é imprescindível que haja uma celeridade na sua apreciação, para que  
1206 a indústria tenha segurança jurídica no desenvolvimento de suas novas plantas e seus  
1207 novos projetos. É isso.

1208

1209

1210 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Alguma pergunta  
1211 em relação a exposição do Rudolf, algum esclarecimento?

1212

1213

1214 **SRª. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – E aqui também, Rudolf, embora você  
1215 tenha feito a ponderação de que há uma necessidade de uma tramitação e de uma  
1216 apreciação por parte da Plenária, também já há um pedido de vistas formulado à  
1217 Mesa por parte do PROAM, que o Carlos Bucuí. Então, já também retirado... Não está  
1218 aqui, faz parte do grupo.

1219

1220

1221 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Eu só queria dizer  
1222 o seguinte, são por essas e outras que o nosso Regimento precisa rediscutir os  
1223 pedidos de vistas e moções.

1224

1225

1226 **SRª. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Outra proposta de Resolução que  
1227 inclui máquinas agrícolas e rodoviárias no controle, do Programa de Controle da  
1228 Poluição do Ar por Veículos Automotores. Rudolf, também, uma explicação.

1229

1230

1231 **SR. RUDOLF (SMCQ/MMA)** – Tem vistas também para essa?

1232

1233

1234 **SRª. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Tem vistas também Rudolf. Em geral  
1235 a prática do CONAMA é, abre a matéria, faz uma exposição, faz uma discussão e aí  
1236 algum conselheiro que sentir que precisa ainda formular algum parecer, no sentido de  
1237 que a matéria não está bem esclarecida, quer dar uma contribuição, que não se  
1238 encaixe em emenda de Plenário, tenha a possibilidade de fazê-lo, mas aqui já está  
1239 feito pela Bioeste por escrito.

1240

1241

1242 **O SR. RUDOLF (SMCQ/MMA)** – Nós lamentamos muito. Estamos completando este  
1243 ano 25 anos de Proconve, esse, sem dúvida, é um dos principais programas da área  
1244 ambiental do Governo Federal das últimas 3 décadas, com resultados concretos,  
1245 resultados absolutamente inquestionáveis para a melhoria da qualidade ambiente e da  
1246 saúde da população. Nós temos demonstrações hoje, tecnicamente baseadas dos  
1247 resultados espetaculares desse programa. E ver medidas assim, de tanta  
1248 envergadura sendo proteladas por razões que não têm nada a ver com o programa,  
1249 para nós que trabalhamos o tempo todo com isso, é complicado. Essa Resolução,  
1250 assim como a outra, deu entrada na Câmara Técnica de Controle e Qualidade, há  
1251 duas sessões anteriores, foi exaustivamente debatida por todos. Algumas instituições  
1252 pediram vistas lá na primeira reunião, manifestaram-se, trouxeram todas as suas  
1253 colaborações que foram incorporadas ao texto, na 2ª Reunião da Câmara Técnica,  
1254 posteriormente houve a discussão na Câmara de Assuntos Jurídicos, onde houve um  
1255 debate aberto, como não pode ser diferente no CONAMA. E imaginávamos que  
1256 chegaríamos hoje aqui com a satisfação de poder aprovar mais duas Resoluções do  
1257 Proconve. Essa, em particular, traz para o universo regulado uma quantidade enorme  
1258 de motores com impacto ambiental extremamente danoso nas grandes cidades. Nós  
1259 estamos falando das máquinas rodoviárias, que são de uso intenso e que hoje no  
1260 Brasil, não há norma alguma sobre o padrão de emissão desse tipo de máquinas. A  
1261 própria indústria fabricante tem grande interesse também na fabricação disso, já que  
1262 como exportadores é interessante para a indústria que haja uma anuência ou que haja  
1263 uma participação desses motores exportados pelo Brasil, vinculados a algum  
1264 programa federal. A equipe técnica do IBAMA, debruçou-se sobre isso com a  
1265 indústria, exaustivamente discutindo padrões de emissão e datas de início dessas  
1266 fases, do que nós chamamos de Proconve MAR, Máquinas Agrícolas e Rodoviárias.  
1267 Também as máquinas agrícolas serão incorporadas a esse universo da regulação e  
1268 da normatização, num horizonte, até 2019, nós temos entrada de diversas fases.  
1269 Enfim, é um programa muito completo, muito bem elaborado, muito bem desenhado e  
1270 que nós esperávamos hoje estar aprovando aqui essas duas Resoluções, numa  
1271 comemoração desses 25 anos de um programa tão exitoso e ambientalmente com  
1272 resultados tão concretos.

1273

1274

1275 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu só queria que as falas  
1276 aqui ficassem gravadas, não vai ter nenhuma repercussão, mas eu acho que algumas  
1277 coisas precisam ser registradas. A primeira é saber que quem pediu vistas está  
1278 presente, o membro que pediu vistas ao processo está presente?

1279

1280

1281 **A SRª. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Não está, Bioeste foi quem pediu  
1282 para esse último e o anterior foi Proam, nenhum dos dois.

1283

1284

1285 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu queria saber se isso é  
1286 possível, se posso pedir vistas por escrito, deixar aqui e ir embora e fica por isso  
1287 mesmo. Nem explico porque estou pedindo. Isso é muito complicado, gostaria, depois,

1288que à Mesa me explicasse se isso é possível. A segunda coisa que eu gostaria de  
1289colocar, é que no primeiro pedido de vistas, do Regimento Interno, o membro que  
1290pediu vistas, ele usou a todo tempo... Não sei se ele está presente, a primeira pessoa  
1291do singular: “Eu li, eu fiz, a minha opinião, tudo no singular.”. Não sei como funcionam  
1292essas coisas, mas no meu setor, que é de Transporte, eu não posso falar na primeira  
1293pessoa do singular. Falo em nome de todo um segmento. Então, a minha opinião  
1294aqui, é uma opinião balizada por todo o meu segmento. Então, falo por uma  
1295instituição. Eu acho estranho que alguém, singularmente, pessoa física, sente em  
1296frente a um documento que foi preparado por um grupo inteiro, e se sintam no direito de  
1297refazer o documento em nome do singular. A não ser que ele sem querer usou o  
1298singular, mas fez isso em nome de um grupo, que é o grupo que ele representa. Essa  
1299era outra questão que eu gostaria de colocar aqui. E a terceira é avaliar o impacto  
1300ambiental, porque eu pelo menos vim de avião, então, o que eu emiti de CO<sub>2</sub> foi  
1301considerável, para poder estar nesta reunião aqui. Eu gostaria de fazer um balanço  
1302sobre isso, para saber se ambientalmente a atitude é correta, você vir aqui e  
1303absolutamente não produzir nada, emitindo o tanto de CO<sub>2</sub>, que nós emitimos para  
1304estar aqui. Obrigada. (*Palmas!*)

1305

1306

1307**SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Aproveitando essa colocação que a Dra.  
1308Patrícia Boson colocou. Eu faço uma pergunta à Mesa, se é possível conceder vistas  
1309a quem não está presente no Plenário. Se não me engano, acho que o Regimento  
1310não prevê isso. E diante dessa consideração, eu faço uma sugestão à Mesa que  
1311coloque em Plenário porque se o Regimento for omissivo, o Plenário decide se é  
1312concedido vistas a quem não está presente. Agora no Plenário, quem estiver presente  
1313eu sei que os estados pediram vistas e os estão presentes, quem se não estiver  
1314presente, gostaria que o Plenário decidisse se era concedido ou não as vistas.

1315

1316

1317**SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (FEAM)** – Eu perguntaria à Mesa, não  
1318entendi bem quem pediu vistas desse processo, Bioeste, é o que? Uma ONG. Além  
1319do que a Patrícia e o Helder falaram. Eu perguntaria à Mesa, se os representantes de  
1320ONG que vêm ao CONAMA pago pelo dinheiro do contribuinte, se não comparecem a  
1321reunião, parece que o Regimento fala que eles têm que devolver o dinheiro. Como é  
1322que fica isso? Eles vêm pagos pelos contribuintes e não veem a reunião? E ainda  
1323pedem vistas e não estão presentes? Eles não têm a obrigação de estarem aqui  
1324presente? (*Palmas!*)

1325

1326

1327**SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Bom, em relação  
1328aos posicionamentos colocados, acho que eles indicam um pouco a situação de  
1329desgaste que nós estamos em relação a alguns assuntos do Regimento. Esses  
1330questionamentos, entendo a ansiedade das pessoas, mas isso se aplica também aos  
1331funcionários públicos. Nós temos uma dificuldade muito grande, por exemplo, de que  
1332os funcionários públicos estejam presentes o tempo todo. Acho que não se trata de  
1333ONGs, funcionários públicos ou setor privado, vamos baixar um pouco a bola,  
1334concretamente você colocou uma questão, Helder, que nós analisando o Regimento  
1335não está previsto. Então, quando há um vácuo no Regimento, o Plenário pode se

1336manifestar favorável, pode deliberar se vai entender que acolhe o pedido de vista ou  
1337se manifesta em relação ao assunto. Em relação ao tema do Regimento Interno, o  
1338autor estava presente na parte da manhã, não há como discutir isso. Agora, em  
1339relação a esses 2 pontos que são relatados agora, acredito que sim, a sua  
1340ponderação é correta e nós vamos submeter ao Plenário a manifestação sobre se o  
1341Plenário, primeiro, sente-se confortável para se manifestar; segundo, a manifestação.  
1342Então, vão ser duas votações. A primeira é se na ausência de norma específica no  
1343Regimento se o Plenário se sente à vontade para se posicionar em relação a temas  
1344cujo autor do pedido de vistas não esteja presente e a segunda em relação ao  
1345conteúdo das matérias. Tudo bem?

1346

1347

1348**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Só um pequeno esclarecimento. Eles  
1349fizeram o pedido por escrito e a Mesa recebeu por escrito. Agora, o que a Plenária  
1350está levantando é uma outra questão. Na medida em que o autor do pedido de vista  
1351não está presente, se a Plenária pode votar de maneira diferente, não concedendo,  
1352porque o Regimento diz: “que poderá ser pedido de vista por qualquer conselheiro  
1353uma única vez etc.”. Não fala nada sobre a presença do conselheiro no momento. O  
1354art. 16: “É facultado a qualquer conselheiro requerer vista uma única vez devidamente  
1355justificada de matéria ainda não votado ou solicitar a retirada de pauta.”. Depois o  
1356resto ele fala...

1357

1358

1359**O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo de Pernambuco)** – Questão de  
1360ordem, aqui levantada em vista do próprio regimento vigente. Daí o esforço que este  
1361Plenário deve fazer, uma vez que a Plenária é soberana nas suas decisões. No  
1362entanto, o Regimento vigente nós temos aqui, no art. 13, § 2º: “Que os requerimentos  
1363submetidos à Mesa serão decididos pelo Plenário, com exceção dos pedidos de vista  
1364que serão automaticamente concedidos a entidade ou órgão requerente, salvo  
1365aqueles referentes a matéria em tramitação, em regime de urgência que se  
1366submeterão ao previsto no art. 16,” que aqui foi lembrado, “5º, deste Regimento  
1367Interno.”. É uma lastima uma inclusive, porque vem impedindo essa continuação, esse  
1368entendimento, mas num Estado de direito, temos que observar a disposição legal, é  
1369essa a que está e que se encontra vigendo.

1370

1371

1372**O SR. PAULO** – Tenho que concordar com meu Presidente (...).

1373

1374

1375**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Em função de  
1376esclarecimentos nós não podemos colocar isso em discussão, porque a explicitação  
1377do posicionamento está correto.

1378

1379

1380**O SR. PAULO** – O requerimento tem justificativa? Por favor, eu gostaria de ouvir a  
1381leitura do requerimento.

1382

1383

1384 **SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – É melhor ler inteiro, antes que eu  
1385 pule alguma coisa. Ofício da Bioeste. Excelentíssima, Sr<sup>a</sup>. Ministra Isabella,  
1386 Presidente do CONAMA. Referência ao pedido de visto. Processo tal...  
1387 Excelentíssima, Sr<sup>a</sup>. Presidente. Com base no art. 16, do Regimento Interno do  
1388 CONAMA, estamos solicitando a Vossa Excelência, pedido de vista para o processo  
1389 nº tal... para tratar do programa... Ele descreve o programa. Para deliberação, que eu  
1390 não consigo entender... Matéria pautada para deliberação na 102<sup>a</sup> Reunião Plenária  
1391 do CONAMA, é isso.

1392

1393

1394 **SR. PAULO** – Parece-me não preencher os requisitos do art. 16.

1395

1396

1397 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Bom, esse pedido  
1398 de vista...

1399

1400

1401 **SR<sup>a</sup>. ROSSANA CRISTINA HONORATO DE OLIVEIRA (Estado da Paraíba)** –  
1402 Boa tarde, senhoras e senhores. Meu nome é Rossana Honorato, sou  
1403 Superintendência de Administração do Meio Ambiente, do Estado da Paraíba. Esta é  
1404 a primeira reunião formal que eu participo e a segunda em função de que na anterior  
1405 meu nome ainda não havia sido publicado, como representante suplente no CONAMA  
1406 do Estado da Paraíba. Com relação à reunião passada, já me causou certa  
1407 estranheza, o fato de nós termos moções que são pedidos vistas ou, enfim, uma coisa  
1408 que é um pouco fora do padrão, e reuniões de conselhos que fazem parte da minha  
1409 trajetória de vida, há longo tempo. Agora, eu entendo o seguinte, pedido de vista é um  
1410 procedimento de uma reunião em curso, uma reunião em curso, para acontecer e  
1411 estabelecer, ela precisa partir da verificação de um quórum, havendo quórum, a  
1412 reunião existe e não havendo a reunião não existe. Então, se não tem quórum, se a  
1413 pessoa está ausente, automaticamente ela fica sem o direito do pedido de vistas. Este  
1414 é o meu entendimento.

1415

1416

1417 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Tem quórum e a  
1418 questão obedece ao que está no Regimento em vigor.

1419

1420

1421 **SR. EUGÊNIO SPENGLER (Secretário de Meio Ambiente/BA)** – Eu tenho um  
1422 entendimento um pouco diferente do colega lá do Ceará. Eu acho que é o seguinte, o  
1423 grande problema nosso, é em relação à discussão do novo Regimento, a minha  
1424 proposta é que acatemos o pedido de vista, que é essa a realidade, sem discutir se  
1425 tem ou não tem justificativa, e peça urgência para discussão e votação do Regimento,  
1426 porque sem ele nós vamos ter essa situação se repetindo a cada reunião e já faz  
1427 tempo que se estende e essa questão é recorrente.

1428

1429

1430 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Em função dos  
1431 argumentos colocados, vamos acolher os pedidos de vistas. É com tristeza que eu

1432constato que o CONAMA está chegando num impasse grave, independente dos  
1433acontecimentos de ontem. Acho que nós estamos precisando pensar sobre o que está  
1434acontecendo aqui, sobre a dificuldade de discutir as regras do jogo pelas quais  
1435julgamos, estamos de que nós não precisamos do Congresso onde forças contrárias  
1436ao CONAMA para nos inviabilizar, nós mesmos estamos inviabilizando. Vamos em  
1437frente.

1438

1439

1440**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Agora, nós entramos em uma  
1441recomendação para inserção da dimensão ambiental nas atividades administrativas e  
1442operacionais da administração pública. É uma matéria da Câmara Técnica de  
1443Assuntos Jurídicos, não sei se a presidência da câmara está aqui para fazer a  
1444relatoria, se não estiver está... Nilo...

1445

1446

1447**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Nilo, Diretor do Departamento  
1448de Educação Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente. Boa tarde a todos os  
1449conselheiros. É um prazer estar aqui neste Conselho mais uma vez. Essa matéria,  
1450essa recomendação tramitou pela Câmara de Educação Ambiental, que nós temos  
1451aqui a presença da ex-presidente, ex-vice-presidente da câmara, hoje foi eleita a  
1452nova, a atual vice, que é a Rachel Trajber, que é Conselheira pelo MEC. E temos  
1453também o Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, Dr. Hélio Gurgel,  
1454que também está aqui presente. E quando essa matéria tramitou na Câmara... Só vou  
1455falar da tramitação e depois vou passar para a Rachel e o Hélio Gurgel explicarem  
1456para os conselheiros, mais o mérito técnico e o mérito jurídico, principalmente a forma  
1457que ficou decidida de recomendação na Câmara Jurídica. Mas apenas para  
1458esclarecer ao Plenário sobre a tramitação, essa matéria é uma proposta Ministério do  
1459Meio Ambiente, foi apresentada na Câmara de Educação Ambiental, recebeu algumas  
1460sugestões da área do Ministério, que trata da Agenda Ambiental do Setor Público, da  
1461administração pública, que é A3P. Recebeu algumas propostas, sugestões de texto,  
1462de dispositivos. A Câmara Técnica de Educação Ambiental discutiu e inicialmente  
1463como uma recomendação, depois aprovou, e foi para a Câmara de Assuntos Jurídicos  
1464que entendeu, na sua primeira reunião que caberia como Resolução, até por  
1465intervenção de alguns conselheiros na Câmara Jurídica, só para que para ser  
1466Resolução, a Câmara Jurídica devolveu para a Câmara de Educação Ambiental,  
1467pedindo que se definissem alguns parâmetros, algumas referências técnicas para que  
1468como Resolução, ela indicasse como a administração pública no âmbito do SISNAMA  
1469poderia aplicar essa Agenda Ambiental na administração pública, no nível municipal e  
1470estadual. Então, voltou para a Câmara de Educação Ambiental que fez essa  
1471discussão na forma de Resolução e encaminhou de volta à Câmara Jurídica. Essa foi  
1472a tramitação, eu vou pedir que a Rachel, pela Câmara de Educação Ambiental e o Dr.  
1473Hélio Gurgel façam a explicação do que saiu de cada uma das Câmaras para o  
1474Plenário votar. Muito obrigado.

1475

1476

1477**A SR<sup>a</sup>. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Boa tarde. De fato essa, agora é recomendação,  
1478ela passou diversas vezes, ida e volta pela Câmara de Educação Ambiental, e foi  
1479retirado a menção a A3P, mas ficou com ações ambientais e de critérios ambientais

1480somente para os órgãos do SISNAMA e como uma Resolução. Inclusive tinha uma  
1481proposta de que os órgãos do SISNAMA, que fizessem esse tipo de transformação  
1482ambiental, poderiam orientar outros órgãos governamentais, para que eles  
1483estabelecessem uma Agenda Ambiental. E de repente foi para a Câmara Técnica de  
1484Assuntos Jurídicos e voltou somente como uma recomendação. Então, é a explicação  
1485que eu posso dar. E foi justificado como uma ação que não seria muito forte para o  
1486CONAMA legislar, que então, seria simplesmente uma recomendação para que os  
1487órgãos do SISNAMA fizessem adaptações ambientais na sua administração.

1488

1489

1490**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Dr. Hélio Gurgel, para dar uma  
1491explicação jurídica.

1492

1493

1494**O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo de Pernambuco)** – Efetivamente  
1495foi encaminhado o processo à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, como proposta  
1496de Resolução, inicialmente decidindo sobre adoção de práticas sustentáveis no  
1497âmbito da administração pública. Enquanto recomendação, que anteriormente  
1498aventado, ela sugeria a adoção de práticas recomendáveis de sustentabilidade,  
1499práticas que espontaneamente poderiam ser aderidas. Enquanto Resolução, ela  
1500impunha esse tipo de prática em muitas ocasiões ali, excedendo, em alguns  
1501momentos, aqueles órgãos que fazem parte do SISNAMA. Não há poder deste  
1502Conselho para que possa obrigar órgãos que não fazem parte do SISNAMA, a um  
1503ordenamento jurídico obrigatório, através de Resolução. Daí entendendo, com  
1504fundamento nesta visão, a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos transformou em  
1505proposta de Resolução, a recomendação, que ora submete este Conselho o presente  
1506processo que, recomenda a adoção de práticas sustentáveis no âmbito da  
1507administração pública, como é possível regimentalmente ser feito, como Resolução  
1508nós esbarramos no limite do poder deste CONAMA. São essas as consideráveis  
1509iniciais, estamos com o processo para quaisquer outros esclarecimentos.

1510

1511

1512**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Estou falando aqui em nome da  
1513Secretaria, porque não sou Conselheiro. Mas quero apenas esclarecer que mesmo  
1514sendo recomendação, aliás, por ser recomendação e ainda o texto, Presidente, ainda  
1515em função do texto ter ainda algumas características de Resolução, então, o  
1516DCONAMA, a Secretaria, sugeriu que se fizesse algumas pequenas emendas de  
1517redação, para adequar o texto da matéria à recomendação propriamente. Porque ele  
1518ainda estava um pouco híbrido, tinha artigos que lembravam mais uma Resolução do  
1519que uma recomendação. Então, não sei se está ali na tela, se pode ser colocado na  
1520tela, o texto já com a emenda proposta pela Secretaria Executiva do CONAMA, que  
1521são emendas apenas de redação, que não altera o mérito da recomendação. Pela  
1522parte toda em vermelho, Presidente.

1523

1524

1525**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Só que nós vamos  
1526um posicionamento do Plenário, se nós concordamos, no geral com a recomendação,  
1527para depois discutirmos o ponto específico.



**15300 SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo de Pernambuco)** – Pela ordem, 1531 para ilustrar pontualmente, nós temos aqui, a exemplo de um artigo, que era proposto 1532 enquanto Resolução. “Deverá ser formada uma Comissão Interna em cada órgão ou 1533 entidade do SISNAMA para implementação desta Resolução, composto 1534 preferencialmente por membros de diferentes setores, com participação de outras 1535 comissões vinculadas às diretrizes relacionadas ao art. 1º, para que elas se 1536 interrelacionam entre si.”. Isso foi suprimido enquanto recomendação e a justificativa 1537 pontual da supressão é que, trata-se de competência exclusiva do Poder Executivo a 1538 organização executiva dos órgãos. A organização administrativa é uma competência 1539 que cabe ao Poder Executivo, não haveria como o CONAMA estar definindo como 1540 vão os órgãos agora se organizar.

**15430 SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Isso é um 1544 aperfeiçoamento da redação. Antes, eu queria votar se todos estão de acordo com a 1545 recomendação, no seu conjunto geral. Depois, vamos discutir o aprimoramento de 1546 pontos e parágrafos específicos. Peço que aqueles que estão de acordo com a 1547 recomendação no seu conjunto, no seu espírito em geral, por favor, se manifestem 1548 favoravelmente. Os que são contrários à recomendação? Bom, pontos específicos. 1549 Além desse que o Dr. Hélio mencionou, haveria outro ponto específico que sugere a 1550 reformulação ou aprimoramento de redação?

**1553A SRª. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – A primeira emenda do MMA. Agora 1554 vamos olhar onde ela está. Aprovado depois do texto base. Agora vamos olhar a 1555 primeira emenda. Nilo, você poderia apresentar?

**15580 SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (DEA/MMA)** – Eu vou passar aqui, Presidente, 1559 que fica mais fácil para ler. A mudança que vocês podem ver, é apenas de redação. 1560 Antes estava: Recomenda os órgãos e entidades do SISNAMA. Então é: Recomenda 1561 aos órgãos e entidades do SISNAMA, a adoção de normas e padrões. Quer dizer, o 1562 texto no mérito, não se altera, apenas a redação. A outra emenda, tem o mesmo 1563 sentido, no § 1º, desse inciso VI, dizia assim: Os órgãos do SISNAMA poderão, nas 1564 suas respectivas esferas de atuação. Então, passa a ser: Aos órgãos e entidades do 1565 SISNAMA, nas suas respectivas esferas de atuação, o incentivo e a orientação para 1566 adoção de normas e padrões de sustentabilidade e responsabilidade sócio ambiental, 1567 pelas demais entidades das 3 esferas de governo e no âmbito dos 3 poderes. Então 1568 da mesma maneira, recomendando aos órgãos. E no § 2º, a mesma coisa. Tem 1569 também, no art. 2º, originalmente diz: Para implementação das diretrizes de 1570 sustentabilidade mencionadas, recomenda-se... Aí repete o verbo. A consulta ao 1571 programa Agenda Ambiental da administração, A3P, disponível no sítio eletrônico do 1572 Ministério do Meio Ambiente. Então, passaria a ser: Aos órgãos e entidades do 1573 SISNAMA, a consulta ao programa da A3P, disponível no sítio eletrônico do 1574 Ministério, para implementação das diretrizes de sustentabilidade mencionadas nesta 1575 recomendação. Apenas um ajuste de redação e de técnica Legislativa.

1576

1577

1578 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – os que estiverem  
1579 de acordo com a proposta... Você vai se manifestar sobre esse apontou outro?

1580

1581

1582 **O SR. DANIEL GIANLUPPI (Representante do Estado de Roraima)** – Eu apenas  
1583 queria dizer, cumprimentar o Nilo. Não sei se foi ele o gerador dessa ideia, mas eu  
1584 acho que ela cabe perfeitamente essa colocação do que está acontecendo aqui hoje.  
1585 Falou-se tanta coisa, perdeu-se tanto tempo, muitas coisas que nem é verdade, se  
1586 você fizer uma análise do que o Congresso aprovou ontem, não tem, muita coisa que  
1587 foi colocado aqui, não está mencionada na lei. Então, eu faria, quero... A minha  
1588 intervenção aqui é no sentido de fazer uma sugestão. Que essa recomendação  
1589 comece a ser aplicada dentro do CONAMA, nas sessões do CONAMA, para avaliar o  
1590 nosso desempenho, para avaliar a sua aplicabilidade, para avaliar o resultado dessa  
1591 reunião, dessa movimentação toda aqui que o país inteiro está pagando. Para ver se  
1592 ela tem o bom senso, a razoabilidade. Vamos fazer uma avaliação do nosso  
1593 desempenho, do que as nossas Resoluções, qual é o retorno delas para este país. Eu  
1594 acho, Nilo, que essa proposta é essencialmente, caiu como uma luva no dia, de hoje.  
1595 Pessoas que chegam aqui, pagas pela sociedade, retiram-se, não dão explicação,  
1596 não dão justificativa, alegando assuntos que não têm nada a ver com o  
1597 desenvolvimento do país. Parece-me e deixo aqui essa sugestão, de que ela seja  
1598 levada a sério e seja aplicada aqui dentro primeiro. Para ver onde é que nós vamos  
1599 ganhar ponto, perder ponto, ver o que nós estamos fazendo aqui dentro. Nós estamos  
1600 respondendo à demanda do país? Será que nós estamos? Isso nós vamos ver, se for  
1601 aplicado aqui. *(Palmas!)*

1602

1603

1604 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Os que estão de  
1605 acordo com a proposta de reformulação proposta pelo Nilo, por favor, manifestem-se.  
1606 Os que são contrários, por favor, manifestem-se. Então, vamos promover a alteração  
1607 sugerida. Tem mais alguma alteração proposta? Então, está aprovada a  
1608 recomendação. Bom, antes de darmos prosseguimento, queria me desculpar aqui. O  
1609 que ocorre é o seguinte, perdoem-me a inexperiência, mas revendo o Regimento, em  
1610 relação aos pedidos de vistas, está escrito aqui o seguinte, no § 1º, do art. 13... Estou  
1611 voltando aos assuntos relacionados ao pedido de vista anterior. “Os pedidos de vistas,  
1612 poderão ser requeridos a qualquer momento da discussão da matéria, até o início de  
1613 sua votação, após o pedido de vista, o Plenário poderá discutir a matéria de  
1614 deliberação.”. Esses 2 pedidos de vistas, não do Regimento, mas os 2 pedidos de  
1615 vistas relacionados à matéria que o Rudolf relatou, eles foram entregues de manhã,  
1616 sem justificativa, antes de entrarem em pauta. Com base nesse entendimento,  
1617 gostaria de submeter ao Plenário, efetivamente, se o plenário se sente confortável  
1618 para deliberar sobre essas duas matérias. Aqueles que estiverem favor de deliberar,  
1619 por favor, manifestem-se. Aqueles contrários à deliberação, por favor, manifestem-se.  
1620 Então, vamos voltar, Rudolf, por favor, só registra um sumário, um segundo só para  
1621 nós repassarmos aqui e votarmos rapidamente.

1622

1623

1624 **O SR. RUDOLF (SMCQ/MMA)** – A primeira Resolução em pauta, é à que cria a fase  
16254, do Promot, Programa de Controle de poluição por Motociclos e Veículos Similares,  
1626que traz novos padrões de emissão, mais rigorosos e também, ele traz um novo  
1627método de homologação dos motores desse veículos. Nós ressaltamos a importância  
1628dessa votação ainda hoje, porque ele implica numa renovação muito grande do  
1629parque fabril brasileiro, dos fabricantes de motos. Enfim, há uma série de datas já  
1630estipuladas na Resolução que são datas prevendo uma aprovação nesse período.

1631

1632

1633 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Aqueles que  
1634estiverem a favor da Resolução, por favor, manifestem-se. Aqueles que forem  
1635contrários à Resolução, por favor, manifestem-se. Está aprovada. A segunda  
1636Resolução, por favor. Texto base, nenhuma alteração. Eu entendo que ela foi  
1637aprovada em seu conjunto, a não ser que haja alguma objeção em relação a algum  
1638ponto específico. Está aprovado o seu conjunto. Vamos para o próximo, o segundo  
1639ponto.

1640

1641

1642 **O SR. RUDOLF (SMCQ/MMA)** – A próxima Resolução é a que trata da criação do  
1643Proconve MAR, para Máquinas Agrícolas e Rodoviárias, que são máquinas que hoje  
1644não são regulamentadas no Brasil, não existe nenhum parâmetro de emissão de  
1645poluentes para esse tipo de motor, nós estamos incorporando ao nosso universo  
1646regulado, uma quantidade grande de máquinas com grande impacto poluente. E  
1647também uma expectativa de que isso leve, no segundo momento, sinergicamente uma  
1648diminuição também de emissão de gases de efeito estufa, ou seja, tanto faz que  
1649essas máquinas urbanas ou as agrícolas, que também são incluídas nesse programa  
1650estejam emitindo no campo ou na cidade os efeitos serão benéficos e sinérgicos.

1651

1652

1653 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Por favor, aqueles  
1654que são a favor da Resolução no seu conjunto, por favor, manifestem-se. Os que são  
1655contrários? Bom, aprovada a Resolução. Algum ponto específico, alguma sugestão de  
1656reformulação da redação? Então, está aprovado o seu conjunto. Obrigado. Vamos em  
1657frente.

1658

1659

1660 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Em frente, nós temos as moções,  
1661todas elas já com pedido de vistas da Plenária anterior, que voltam agora. Primeira  
1662moção, imagino que quase todas, Secretário, devem ficar prejudicadas. A primeira,  
1663por exemplo, é uma proposta de moção de protesto contra a usina de carvão  
1664USITESC. Quem propôs foi a Sócios da Natureza, mandato passado das ONGs, ela  
1665não foi reeleita para o CNEA e quem pediu a vistas, foi a Ingá, uma ONG que não  
1666está presente.

1667

1668

1669 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Pois não.

1670

1671

1672A **SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Acho que aí nós vamos ter que  
1673discutir como faremos a avaliação a medida que relator não está presente.

1674

1675

1676A **SR<sup>a</sup>. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** – Secretário, gostaria  
1677que essa moção fosse julgada agora, na Plenária, tendo em vista que é a segunda  
1678vez que já entra na Plenária. A primeira vez nós fizemos todas as argumentações, as  
1679ONGs pediram vistas, nós estamos aqui de novo e acho que é o interesse deles. Se  
1680eles tivessem tanto interesse acho que eles estariam aqui para defender a matéria.

1681

1682

1683O **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – O interesse deles  
1684nós vamos votar. Vamos submeter a moção à Plenária. Os que estiverem de acordo,  
1685por favor, manifestem-se a favor. Os que forem contrários, por favor, manifestem-se  
1686ao contrário. Foi rejeitada a moção.

1687

1688

1689A **SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – A próxima moção, recomenda a não  
1690liberação da licença prévia pelo IBAMA, para construção de 5 hidroelétricas na Bacia  
1691do Rio Parnaíba, foi apresentada pela FURPA e teve pedidos de vistas do MME,  
1692AMAR, PROAM e Ingá. Tendo em vista a não presença das ONGs, e simplesmente  
1693do Ministério de Minas e Energia, haveria a relatoria para o Ministério de Minas e  
1694Energia que ela não imprensa das ONGs, simplesmente do Ministério de Minas e  
1695Energia, para fazer seu ponto de vista do relatório.

1696

1697

1698A **SR<sup>a</sup>. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** – Se não me engano,  
1699eu acho que é a terceira vez que estou aqui para dar o esclarecimento. Mas são 5  
1700aproveitamentos que estão previstos na Bacia do Rio Parnaíba, esses  
1701aproveitamentos fazem parte do PAC, 2 já têm licença prévia, os outros 3 estão sendo  
1702analisados pelo IBAMA, tanto que o IBAMA vez um grupo de trabalho para análise  
1703desses projetos. E nós entendemos que não deve, essa moção prosperar, tendo em  
1704vista que são projetos estratégicos, que estão sendo analisados pelos órgãos  
1705competentes. (...), enfim.

1706

1707

1708O **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Bom, os que  
1709estiverem a favor da moção, por favor, manifestem-se. Os que forem contrários à  
1710moção, por favor, manifestem-se. As abstenções, por favor, manifestem-se. Foi  
1711rejeitada a moção.

1712

1713

1714A **SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Proposta de moção apresentada pela  
1715Bioeste, em repudia a declaração do Ministro da Agricultura, Wagner Gonçalves  
1716Rossi, no que se refere à expansão da fronteira agrícola para Maranhão, Tocantins e  
1717Piauí. O pedido de vistas foi feito pelo setor florestal, Caron.

1718

1719

73

1720 **SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Nós solicitamos vistas e eu  
1721 quero passar ao engenheiro Roberto Lorena, Ministério da Agricultura, para fazer a  
1722 defesa do Ministro de Estado Wagner Rossi.

1723

1724

**17250 SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Boa tarde a todos. Eu  
1726vou tentar ser o mais breve possível. Primeiro, eu preciso lembrar, lamentavelmente  
1727tenho que lembrar que foi pinçada uma frase do nosso Ministro num contexto em que  
1728ele teria dito: “Lá não tem nada, só cerrado.”. Lamentavelmente uma frase pinçada dá  
1729a impressão totalmente equivocada. Eu tenho que contextualizar, vou procurar ser  
1730breve, mas havia uma reunião do Conselho de Governo, um Conselhão, é onde a  
1731área de desenvolvimento de governo troca ideia, é onde a área da agricultura cobra  
1732estradas, onde a área das estradas cobre segurança pública e assim sucessivamente.  
1733É uma reunião no Palácio do Planalto, em que o Ministério da Agricultura estava  
1734apresentando uma ideia de projeto que ainda está sendo gestada numa Região do  
1735país chamada Matopiba. Então, primeiramente o Ministro procurou mostrar o que  
1736acontece no país hoje, por que aproximadamente 500 mil produtores rurais são  
1737responsáveis por 80% da produção brasileira? Qual é o panorama do Brasil? Então  
1738ele procurou mostrar o país nos últimos 50 anos. A área que nós cultivávamos a 50  
1739anos atrás, de 70 milhões de hectares. A produção de 17 milhões grãos e o que nós  
1740produzimos hoje. Eu não vou entrar em detalhes, porque dos senhores têm todos  
1741esses slides no material dos senhores. Então, mostrando que houve uma evolução  
1742tecnológica na parte de pecuária, a mesma coisa, houve uma tremenda produção  
1743tecnológica, a área ocupada aumentou de 58 para 120 milhões de hectares, mas a  
1744produção subiu muito mais do que isso, e assim sucessivamente, mostrando que  
1745tecnologia é o grande responsável pelo salto da agricultura no país. Em especial, a  
1746tecnologia de precisão, dentro do programa ABC, aonde se obtém uma série de  
1747vantagens: maior produtividade por área, maior apoio ao bem-estar do animal, maior  
1748renda ao produtor e assim por diante. A intenção do Ministro era mostrar aos demais  
1749ministros de governo, que tecnologia é fundamental. E por quê? Aí entra a Região do  
1750Matopiba, que é: Maranhão, Tocantins Piauí e Bahia. O Ministro mostrou esse mapa e  
1751disse que naquela Região onde está vermelho mais escuro e todo o Oeste da Bahia é  
1752uma região de alta tecnologia, com infraestrutura e é cerrado, da mesma forma que o  
1753restante do Mapa. No entanto, nós temos graves problemas no restante dessa  
1754Região, de avanço sobre Reserva Legal, avanço da produção de carvão, avanço da  
1755agricultura, da pecuária em especial sobre APP, nós temos esse problema. E o que o  
1756Ministério disse lá, não tem infraestrutura, lá realmente temos cerrado, mas logo nós  
1757não teremos mais cerrado, porque a falta de Estado, a falta de presença de estrutura  
1758de Estado, de segurança, de estradas, de ferroviários, de escolas, de hospitais e de  
1759estruturas na cidade, não permite que o Estado leve legalização, leve legalização  
1760ambiental no campo. Antes de passar... Perceba que no mapa que nós já estamos  
1761projetando, estamos separando onde estão Unidade de Conservação, que é uma  
1762visão diferente. Inclusive para falta estrutura para defesa das Unidades de  
1763Conservação. Aqui seria uma área no Oeste baiano com tecnologia, que leva  
1764emprego nas cidades da Região, além do emprego no campo leva empregos para a  
1765cidade. Aí, a nossa preocupação: o desmatamento ilegal e a carvoaria. É isso que nós  
1766temos que evitar, por isso que nós temos que levar o Estado a essa região. Também  
1767nós temos a previsão das áreas prioritárias para as futuras Unidades de Conservação,  
1768no programa APP Cerrado, não só temos a preocupação, com as que já existem,  
1769como também não avançar fronteira agrícola para onde nós queremos as novas  
1770Unidades de Conservação. Então, existe um programa de regularização ambiental  
1771dentro do Ministério do Meio Ambiente, da qual fazem parte: o Ministério do Meio  
1772Ambiente, Ministério da Agricultura, o Desenvolvimento Agrário e a Embrapa. E a

1773diretriz desse programa de regularização ambiental, que parte do decreto chamado,  
1774Mais Ambiente, assinado pelo Presidente e inclusive pelo Ministro Minc, no final de  
17752009. Nós vamos falar de: Educação Ambiental; assistência técnica, no caso (...);  
1776produção e distribuição de mudas e sementes; e a capacitação para implementação  
1777do programa. E esse programa já está super avançado, o MMA já está providenciando  
1778a base eletrônica de cadastramento. Então, toda essa estrutura em que se fala de  
1779avanço de tecnologia, de trazer a legalidade, de trazer... De levar infraestrutura, de  
1780todo esse contexto foi pensado em uma palavra: “Lá não tem nada, só tem cerrado.”.  
1781Sim, não tem estrada, não tem governo, não tem estrutura, é terra sem lei. Por isso  
1782que se diz: “Lá não tem nada...”. E se nós não fizermos nada, se nós não fizermos a  
1783nossa obrigação de Estado, lá não vai ter nem cerrado. Por isso nós recomendamos  
1784pela rejeição da moção, que ela é completamente descontextualizada. Obrigado.

1785

1786

1787**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Queria aproveitar e  
1788convidá-lo para uma discussão no Ministério sobre o ABC. Nós estamos fazendo uma  
1789série de ações junto ao BNDES, estamos preocupados com o desempenho dos  
1790programas relacionados a redução de emissões. Eu gostaria de conversar com vocês,  
1791mais especificamente sobre o ABC e sobre o cadastro, nós precisamos aproximar os  
1792ministérios, mas o (...) deixou e vai deixar uma série de cicatrizes, nós não podemos  
1793deixar que essa distância aprofunde e se torne um fosso. Obrigado. Bom, mais  
1794alguém quer se manifestar em relação a essa moção? Então, por favor, vou pedir para  
1795a Adriana repetir a moção e depois nós procederemos à votação.

1796

1797

1798**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Uma moção em repúdio à declaração  
1799do Ministro da Agricultura Wagner Rossi, no que se refere a expansão da fronteira  
1800agrícola para Maranhão, Tocantins e Piauí.

1801

1802

1803**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Aqueles que se  
1804manifestam a favor da moção de repúdio, por favor, manifestem-se. Os que são  
1805contrários à moção, por favor, manifestem-se. Os que se abstém em relação à  
1806moção? A moção foi rejeitada.

1807

1808

1809**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Próxima moção apresentada pela  
1810FURPA, solicita ao Governo Brasileiro reavaliar o programa nuclear e ao MME, CNEA,  
1811Eletronuclear, IBAMA e MMA, apresentarem trimestralmente ao Plenário do CONAMA  
1812relatório técnico conjunta das usinas Angra 1, 2 e 3 detalhando os processos  
1813licenciamento ambiental e as medidas de segurança de prevenção em casos de  
1814acidente nuclear. Aqui houve pedido de vistas pelo MME.

1815

1816

1817**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Um  
1818esclarecimento, que, na verdade, o CONAMA não dispõe de competência para  
1819discutir energia nuclear. Então, essa moção perde o sentido em função do problema  
1820de jurisdição nossa. Obrigado.

79

1821

1822

1823 **SRª. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Agora, terminamos a parte de  
1824 moções, temos previsão para 3 informes. O primeiro deles do Instituto Chico Mendes,  
1825 sobre o processo de ampliação do Parque Nacional da Serra das Confusões.

1826

1827

1828 **SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Nós temos uma  
1829 apresentação aí... Na última reunião do CONAMA, foi proposta uma moção para que  
1830 nós, mais uma vez, esclarecêssemos o processo de ampliação do Parque Nacional de  
1831 Serra das Confusões. Esse assunto já veio aqui, ao Plenário do CONAMA, pelo  
1832 menos por 4 vezes. Na última reunião e na última hora, nós tínhamos afirmado que a  
1833 qualquer momento, que este Conselho, nos convidasse para esclarecer, que  
1834 estaríamos, apesar de já termos feito 2 outros esclarecimentos, estaríamos a  
1835 disposição para fazer mais um. Então, vou tentar ser objetivo aqui, não sei qual o  
1836 tempo que eu tenho, secretária. Qual o tempo que eu tenho, por favor? Que eu posso  
1837 falar de 5 minutos a 5 horas, se o senhor quiser.

1838

1839

1840 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – 15 minutos.

1841

1842



**1843 O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Essas imagens  
1844 que vocês estão vendo já é o Parque Nacional da Serra das Confusões e que  
1845 representa grande parte do bioma que nós decidimos expandir a unidade. Eu, antes  
1846 de falar especificamente sobre Confusões, vou falar sobre o processo de criação de  
1847 unidades. Aonde, além, obviamente, da questão da conservação dos biomas, elas  
1848 têm como objetivo: proteger a manutenção da diversidade biológica; a proteção de  
1849 espécies ameaçadas; o desenvolvimento sustentável; a proteção de recursos hídricos;  
1850 a educação e a interpretação ambiental; a proteção de paisagens de grande beleza  
1851 cênica; e a preservação respeito aos modos de vida tradicionais. Nós destacamos 6  
1852 pontos, mas na realidade tem outros pontos que as unidades são importantes para o  
1853 processo de conservação. Não vou ser longo com vocês, mas isso descreve um  
1854 pouco do conjunto de etapas, que hoje nós desenvolvemos para criação de uma  
1855 unidade. Então, hoje o processo de criação de uma unidade, é um processo longo, é  
1856 um processo complexo, é um processo com muita negociação. Toda criação ou  
1857 expansão de Unidade de Conservação é resultado de um processo intenso de  
1858 negociação com diversos atores. Então, no caso de Confusões, o Ministro Minc  
1859 recebeu o governador Wellington Dias, em seu gabinete e o Governador fez uma  
1860 reclamação pedindo ao Ministro Minc, que reavaliasse o processo de criação de uma  
1861 Unidade de Conservação, que na época chamada Serra Vermelha, que vinha  
1862 tramitando no Ministério do Meio Ambiente e fez uma série de argumentos, mostrando  
1863 alguns problemas que ocorreram no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, uma vez  
1864 que parte da área que se propunha como Serra Vermelha, havia um grande  
1865 empreendimento sendo implantado e que num determinado momento o próprio  
1866 Ministério do Meio Ambiente havia orientado esse empreendimento de formas  
1867 diferentes. O empreendimento na área, o Governo do Estado do Piauí, tinha interesse  
1868 grande na expansão de projetos de soja, o Ministério do Meio Ambiente, no primeiro  
1869 momento, orientou para que fosse feito um empreendimento de Manejo Florestal  
1870 Sustentável, mais tarde o próprio Ministério determinou que o IBAMA cancelasse o  
1871 empreendimento, tendo em vista que, o entendimento do Ministério é que ali era Mata  
1872 Atlântica. E aí o Governador do Estado colocou de forma veemente, que o Estado do  
1873 Piauí não concorda com a afirmação e os descritivos de IBGE de que lá seria Mata  
1874 Atlântica. Então o Ministro Minc nos determinou duas coisas. Primeiro que o Ministério  
1875 buscasse um aprimoramento técnico e um detalhamento da caracterização daquele  
1876 bioma, da Região, como que bioma representa, para isso se determinou um grupo de  
1877 trabalho. Hoje isso ficou na competência do IBGE, para que faça um refinamento e  
1878 diga claramente se ali é Mata Atlântica ou Caatinga, parta daquela região. E do outro  
1879 lado o Ministro Minc nos determinou que formássemos um grupo de trabalho e  
1880 ampliássemos o Parque Nacional de Serra das Confusões. Houve um primeiro acordo  
1881 firmado entre o Governo do Estado do Piauí e o Ministério do Meio Ambiente. Nosso  
1882 pessoal foi para o campo, fez uma série de discussões e audiências públicas, com a  
1883 comunidade, isso representa um pouco do que é o processo de criação de uma  
1884 unidade no campo. Representa nós dialogarmos diretamente com atores que são,  
1885 alguns prós e muitos contra. E aí é um processo de convencimento que nós fazemos  
1886 nessas audiências públicas. Essas imagens são efetivamente das reuniões ocorridas  
1887 de 23 a 25 de março de 2009, com participação local e parte dos trabalhos  
1888 desenvolvidos entre 26 de março e 1º de abril de 2009, em campo. Esse grupo foi  
1889 com uma orientação técnica de buscar a proteção remanescente da floresta, a  
1890 identificação de florestas, a remanescente de florestas decíduais e semidecíduais

1891intactos. A busca de proteção de recursos hídricos, biodiversidade singular de região  
1892belezas cênica. Proteger e excluir áreas de ocupação consolidada, áreas de uso pela  
1893agricultura familiar e estrados vicinais em uso. Assegurar a coerência dos limites,  
1894observando limites naturais, seguindo encostas e hidrografia, evitando linhas secas,  
1895que dificultam o processo de gestão. Facilidade identificação do campo de diminuir e  
1896facilitar o processo de gestão da UC, e diminuir os conflitos relacionados aos limites.  
1897Então, esse grupo foi para campo com uma pré-orientação que foi emanada de uma  
1898discussão feita pelo Governador e o Ministro, isso acionado e determinado numa  
1899Portaria do Instituto Chico Mendes. Essa imagem representa aí uma primeira  
1900proposta, no mesmo momento que o Governador fez esses questionamentos ao  
1901Ministro, ele já apresentou uma proposta que na época permitia a expansão de Serra  
1902das Confusões e criava mais em abaixo ali, em amarelo uma unidade de uso  
1903sustentável. O grupo foi para campo e identificou ali, vocês observam ali a imagem,  
1904não sei se vocês estão vendo bem, daqui eu estou vendo, se pudesse colocar a tela  
1905cheia aí, seria mais interessante. Em azul, vocês observam ali, o traçado do resultado  
1906do Grupo de Trabalho que foi a campo e propôs uma área bem maior. Primeiro, o  
1907Grupo de Trabalho concluiu que deveria ser um parque só, que não deveria ter área  
1908de desenvolvimento sustentável e que deveria ser só a expansão da unidade e  
1909identificou uma área mais ampla. O resultado daquele trabalho foi por um processo  
1910intenso de discussão e negociação entre nós, Instituto Chico Mendes, o Governo do  
1911Estado do Piauí, o Governo do Piauí fez uma discussão intensa com a Federação dos  
1912Agricultores e nós fizemos uma discussão intensa aqui com a CONTAG, não sei se a  
1913Rose está aqui, mas participou das nossas discussões, aonde nós buscamos  
1914identificar, conforme a orientação anterior, de minimizar o impacto sobre a agricultura  
1915familiar instalada na Região. Então, retiramos áreas significativas, a proposta era de  
1916cerca de 400 mil hectares, do Grupo e nós retiramos cerca de 100 mil hectares. Parte  
1917dela ocupada por populações por agricultura familiar, na parte leste ali, havia o projeto  
1918grande de ocupação que é resultado de todo o conflito citado para vocês. E uma parte  
1919acima nós retiramos também, com a perspectiva de deslocar um projeto grande de  
1920assentamento que havia no meio do Parque para que pudesse ir para a borda. O que  
1921nós fizemos foi um grande exercício de conciliação de interesses e essa é orientação  
1922política que nós temos agora para criar. Nós já criamos Unidades de Conservação  
1923com a intenção de bloquear alguns processos de desenvolvimento. A orientação  
1924política que nós temos, tanto do Ministro Minc, na época, quanto da Ministra Isabela  
1925hoje, é nós buscarmos a conciliação de interesses, de forma que possamos fazer com  
1926que a conservação possa avançar. Esse exercício de conciliação feito aqui, levou o  
1927desenho a este desenho do parque, onde nós conseguimos... Ampliamos de forma  
1928significativa a porção sudoeste e o conjunto de Serra Vermelha (...), confusões. Então  
1929a parte oeste foi, sim, incorporada e a parte leste não foi incorporada, porque há sim  
1930interesse e há um projeto de desenvolvimento agrícola na região, como ele vai  
1931acontecer, se vai acontecer e de que forma vai acontecer, é uma outra discussão a  
1932ser feita no licenciamento ambiental. Onde nós identificamos isso que impossibilitaria  
1933o avanço. Então nós decidimos retirar e avançamos naquilo que pudesse ser  
1934conservado. Fomos para a terceira grande negociação. A primeira negociação foi dos  
1935ministros, a segunda foi do processo de criação com todos atores, pequenos  
1936agricultores e grandes, foi uma negociação feita entre o Governador Wellington Dias e  
1937o Presidente da República, onde o Governador identificou que aquela área havia  
1938possibilidade do Estado gerar dinheiro para o próprio Estado, porque iam leiloar

1939grandes partes dessas áreas para o agronegócio e que o Governo do Estado, tendo  
1940em vista as condições financeiras do Estado, sentiu-se prejudicado e naquele  
1941momento o Presidente Lula decidiu indenizar o Estado pela transformação dessas  
1942áreas com potencial em desenvolvimento em áreas de conservação. E com isso  
1943nasceu a Lei 12.360, aonde, de forma específica, o Congresso Nacional aprovou a  
1944alocação de 150 milhões, para ampliação de Unidades de Conservação no Nordeste,  
1945especificamente Serra das Confusões. Essa lei foi aprovada, dia 30 de dezembro,  
1946foram liberados os 50 milhões, nós liberamos 50 milhões para o Estado do Piauí e aí  
1947iniciamos todo o processo de documentação, os senhores conhecem o Brasil e  
1948conhecem as condições documentais das nossas terras, temos um problema fundiário  
1949sério, e o Estado começou todo o processo de organização da documentação para  
1950nos apresentar. Nesse período, foi realizado todo o levantamento cartográfico e  
1951fundiário da área ampliada, esse processo, encontra-se em fase de certificação pelo  
1952INCRA, as áreas identificadas já ou legitimamente arrecadadas, ou com um processo  
1953de registro cancelado, administrativo ou judicialmente pelo Estado, para que ele possa  
1954organizar toda essa questão da terra e nos repassar, está em fase adiantada. Nós só  
1955efetuaremos o restante do pagamento, quando efetivamente todo esse processo de  
1956consolidação fundiária acontecer. Eu gostaria que vocês apagassem algumas  
1957informações que vocês receberam, que hoje de manhã se falou em nota fiscal por  
1958comercialização de terra, não existe isso, por favor, o que existe é escritura e registro.  
1959Se alguém tentar vender terra com nota fiscal para vocês, por favor, não comprem. O  
1960parque, a ampliação do parque foi resultado, mais uma vez, de um processo de  
1961discussão, de negociação intensa com os atores e consensuado entre o Governo do  
1962Estado e o Governo Federal, o parque atualmente conta com 823 mil hectares, sendo  
1963a maior Unidade de Conservação de proteção integral do bioma caatinga. Esse  
1964exercício e esse esforço para nós, eu só não lamento estar aqui explicando isso,  
1965porque eu acho que é uma oportunidade de mais uma vez falar para vocês de como  
1966acontece o processo de criação e ampliação de Unidade de Conservação, que é o  
1967que nós efetivamente... Aí eu não posso deixar de aproveitar a oportunidade,  
1968considerando o que aconteceu ontem no Congresso Nacional. Mas as Unidades de  
1969Conservação, com todas as dificuldades que são verdades, que nós temos para  
1970implantá-las, com falta de recurso, falta de pessoas, criar uma Unidade de  
1971Conservação, por mais que seja malcriada, ainda é um avanço perto do que está  
1972acontecendo na garantia de conservação desses biomas. Não estou defendendo, que  
1973elas sejam malcriadas, eu pretendo e nós estamos fazendo o esforço para que cada  
1974vez nós avancemos mais na qualidade e no processo da criação, porque quanto  
1975melhor bem criada for uma unidade, mais rapidamente é implementada. Nós temos  
1976unidades que, a partir desse processo de negociação, como recentemente nós  
1977tivemos no Estado do Espírito Santo, nos permitiu que em menos de 6 meses a  
1978unidade já tenha chefe, já tenha escritório, já esteja com o plano de manejo em curso  
1979e já esteja em uma fase adiantada de implementação. Coisa que historicamente nós  
1980tínhamos uma dificuldade muito grande para fazer. Então, este processo de  
1981negociação intenso sim, viabiliza para que as unidades tenham sua efetividade  
1982acelerada. E mais uma vez agradecer, dizer que o Instituto Chico Mendes e se sente  
1983orgulhoso por ser responsável, por ter o maior parque de caatinga do Brasil. Muito  
1984obrigado a todos e mais uma vez, a qualquer momento que o CONAMA quiser os  
1985nossos esclarecimentos nós estamos à disposição para fazê-los. (*Palmas!*)  
1986

1987

1988 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Alguma solicitação

1989 de esclarecimento? Pois não, por favor.

1990

1991

1992 **O SR. ARTUR LEITE (Associação SOS AMAZÔNIA)** – Artur Leite, Associação SOS

1993 AMAZÔNIA. Rômulo, uma coisa na tua fala que me causa um pouco de estranheza é

1994 a velocidade do primeiro pagamento de indenização para desapropriação do parque.

1995 Falo isso porque, nós temos a Reserva Extrativista do Alto Juruá, primeira reserva (...)

1996 criada no Brasil, onde até hoje as famílias que eram proprietárias das áreas estão por

1997 receber na Justiça, sem falar em outras Unidades de Conservação, que isso é uma

1998 realidade no Brasil todo, empurrando pela justiça federal, sendo pago com precatório,

1999 causando um desgaste enorme a todos eles e aos moradores, que estão lá dentro.

2000 Então quando um governador se envolve, faz uma barganha política para receber

2001 uma indenização, isso é feito a toque de caixa. E o cidadão comum? E as outras

2002 unidades que estão sendo pedidas? Nós temos hoje no Acre, um pedido feito a

2003 prefeitura de Rio Branco, movimento social, o governo do Estado, para criação da

2004 reserva extrativista (...), que protege as principais cabeceiras, que abastecem a

2005 cidade. E simplesmente foi ignorada pelo ICMBio, é uma falta de critério total e eu

2006 queria que o CONAMA se posicionasse quanto a isso, que o critério que fosse usado

2007 para pagar os 50 milhões, fosse usado para pagar o passivo que existe no Brasil.

2008

2009

2010 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Eu vou, Rômulo,

2011 peço só licença para responder o que é possível responder. Porque, na verdade, o

2012 meu chapéu anterior, porque eu estava no Ministério do Planejamento na época. Não

2013 foi uma priorização feita pelo Instituto Chico Mendes, não foi uma priorização feita

2014 pelo Ministério do Meio Ambiente, foi uma priorização feita pelo Presidente da

2015 República anterior. Bom, mais alguma questão em relação a esse assunto com

2016 relação, algum pedido de esclarecimento adicional? Vai ter muita confusão na Serra

2017 da Confusão, faz parte. É intrínseco ao nome, então vamos em frente.

2018

2019

**2020 SR. CARLOS HUMMEL (Serviço Florestal Brasileiro)** – Boa tarde a todos. Vou  
2021falar daqui porque facilita, daqui é bem mais fácil do que entortar o pescoço, não é  
2022Rômulo. Eu acho que o primeiro esclarecimento, esse relatório de gestão de florestas  
2023públicas, não é o relatório de atividades do serviço florestal brasileiro, é um relatório  
2024que a lei de gestão de florestas públicas, com alguns itens obriga a nós a entregar no  
2025Congresso Nacional, no CONAMA, no Tribunal de Contas da União e no Ministério do  
2026Meio Ambiente. Então, esse relatório nós temos obrigação legal de encaminhar para  
2027esses entes até 31 de dezembro e assim foi feito. É aqui vou fazer um Informe  
2028bastante rápido, está em formato digital na página do CONAMA que tem todos os  
2029detalhes. Aqui rapidamente é o avanço do cadastro de florestas públicas, no ano  
2030anterior, na apresentação que eu fiz aqui, nós tínhamos 230 milhões de terras  
2031públicas federais cadastradas e estaduais cadastradas nesse cadastro. Em 2010,  
2032onde nós reportamos esse relatório, nós atingimos 200 milhões de hectares de  
2033florestas públicas já cadastradas. Ao mesmo tempo também, para dar transparência a  
2034esse processo, nós estamos finalizando o desenvolvimento do Geoportal, ou seja,  
2035isso vai estar disponível para todas as pessoas verificarem onde estão as terras  
2036públicas no Brasil. Com certeza esse cadastro, neste ano nós vamos ampliar um  
2037pouco mais ainda, porque os governos estaduais, em parceria com o serviço florestal  
2038brasileiro já estão entregando novas informações. Para nós realizarmos as  
2039concessões florestais, nós temos que publicar, anualmente, até 31 de julho, uma  
2040Portaria do Ministério do Meio Ambiente, o plano anual de outorga florestal. Então, em  
20412010 nós fizemos o instrumento de planejamento, é o principal instrumento de  
2042planejamento para as concessões florestais, ele tem um amplo sistema de consulta  
2043pública, de consulta aos órgãos envolvidos com a questão do Conselho de Defesa  
2044Nacional. Então, se uma área pública federal não estiver inclusa nesse PAOF, não  
2045pode ser objeto de concessão. Aqui é que as pessoas sempre perguntam, esse  
2046esquema é um pouco, como fica o processo de habilitação de florestas públicas e  
2047para as concessões florestais. Então, como eu citei, a primeira coisa tem que estar  
2048incluída no cadastro nacional de florestas públicas. Aí tem toda a questão, por  
2049exemplo, no caso das florestas nacionais, tem que ter plano de manejo, conselho  
2050consultivo em funcionamento, tem que ter também as anuências dos órgãos  
2051envolvidos com a questão, ICMBio, INCRA e SPU. Isso, após esse processo todo, nós  
2052temos o processo de concessão florestal, que é um edital de concorrência pública e  
2053que no nosso relatório tem bastante detalhes de todo o procedimento, toda a rotina e  
2054de todo fluxo. Assim, rapidamente, um resumo de como estão as concessões  
2055florestais no Brasil. Nós já temos em operação na Floresta Nacional Jamari, no Estado  
2056de Rondônia, 3 concessionárias, 96 mil hectares. Eles estão entrando no segundo ano  
2057de exploração, no relatório também, nós temos todo um detalhamento da receita, da  
2058arrecadação, da produção de madeira, da destinação de todos esses produtos e  
2059principalmente um relatório de como nós estamos monitorando, junto com o IBAMA e  
2060Chico Mendes, as concessões florestais, no caso de Jamari. Nós temos também mais  
20612 contratos assinados na Floresta Nacional de Saracá, no Estado do Pará, que são 48  
2062mil hectares, nesses 48 mil hectares, os planos de manejo florestal já estão em fase  
2063final de aprovação e a exploração que ainda deve começar em 2011. Edital aberto  
2064que não foi fechado, na Floresta Nacional de Amaná, no Estado do Pará também,  
2065região da BR 163, nós temos um edital de 2010 mil hectares e têm pré-editais  
2066lançados e para a Floresta Nacional de Altamira, a 380 mil hectares e Jacundá no  
2067Estado de Rondônia. Esses pré-editais, em função daquela apresentação que eu fiz,

2068precisam cumprir todo aquele regramento antes de nós fazer a publicação do edital  
2069final. Eu só botei esse resumo, porque na documentação que nós entregamos ao  
2070CONAMA está bem detalhado é de quanto tem de área de efetivo manejo, quando foi  
2071autorizada a exploração, qual foi o volume de madeira autorizado. Então,  
2072rapidamente, para a primeira exploração florestal, na flora Jamari tem o total de 66 mil  
2073metros cúbicos que foram autorizados e uma área de efetivo manejo de 2.799. Isso  
2074pode ser visto em bem detalhes na documentação que está na página do CONAMA.  
2075O processo de Saracá também, é uma área de 48 mil hectares, tem também o nome  
2076das empresas vencedoras, e no site de Serviço Florestal Brasileiro, tem cópia de  
2077todos os contratos, ou seja, tudo que diz respeito às concessões florestais, isso pode  
2078ser acessado no site do serviço florestal brasileiro. Dos pré-editais em andamento,  
2079aquilo que eu falei para vocês, tem 5 pré-editais em andamento, nem todos eles vão  
2080ser lançados editais de concessão este ano, mas alguns deles ainda vão ser  
2081publicados esse ano ainda. Uma das obrigações que nós temos na Lei de Gestão de  
2082Florestas Públicas é dizer o que está acontecendo com o Fundo Nacional de  
2083Desenvolvimento Florestal. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal foi criado  
2084no âmbito da Lei de Gestão de Florestas Públicas. Em 2010 finalmente nós  
2085conseguimos regulamentar o fundo e operar esse fundo. E aí nós temos um resumo  
2086das chamadas de 2010, que está fechando em 2011, em funções de questões  
2087orçamentárias. Mas basicamente nós tivemos atuação na Mata Atlântica, na Caatinga  
2088e na Amazônia. Na Mata Atlântica questões de produção de semente, restauração  
2089floresta. Na Caatinga, um processo bastante forte de fortalecimento de manejo  
2090florestal sustentável e assentamentos rurais no Estado do Piauí. E na Amazônia é um  
2091processo para fortalecer o manejo florestal comunitário, nas reservas extrativistas na  
2092Amazônia. Isso aqui, para vocês terem uma ideia também, nós apresentamos, nesse  
2093relatório, como foi o processo de participação e de controle social dessas reuniões  
2094nossas. Então, aqui nós temos uma descrição de como funcionou a Comissão de  
2095Gestão de Florestas Públicas, nós temos alguns membros presentes aqui. Qual foi a  
2096pauta, qual foi à discussão? Então tem todo um detalhamento do que aconteceu em  
20972010. Aqui rapidamente também não faz parte do relatório de gestão, mas achei  
2098importante colocar aqui. Nós lançamos, no final do ano de 2010, o portal da gestão  
2099florestal, que é objeto de uma Resolução CONAMA, a 379/2006, para dar  
2100transparência e as informações florestais estarem disponíveis para a sociedade. E  
2101também, lançamos o Inventário Florestal Nacional. Talvez seja uma das iniciativas  
2102mais importantes que temos no momento. Ou seja, o último Inventário Florestal  
2103Nacional, de tentativa de fazer o Inventário Florestal Nacional, foi da década de 70. É  
2104uma iniciativa bastante arrojada, mas é um processo muito grande de articulação para  
2105nós realizarmos esse inventário florestal. Ou seja, nós conhecemos muito as nossas  
2106florestas em termos de: desmatou tanto e sobrou tanto. Em termos quantitativos,  
2107biomassa aérea, biomassa no solo, essa coisa toda que é fundamental para o país  
2108nessa discussão de carbono, mudanças climáticas. E só conhecemos isso através de  
2109inventário, temos boas técnicas de sensoriamento lá de cima de nossa vegetação,  
2110mas é fundamental essa verdade de campo e só inventário florestal que pode fazer  
2111isso. Nós temos que repetir que outros países fazem isso há mais de 100 anos e não  
2112é dizer que países grandes vão deixar de fazer porque é enorme. O China faz, os  
2113Estados Unidos faz, o Canadá faz. Acho que isso é uma tarefa que nós temos que  
2114repetir, de 5 em 5 anos, da mesma forma que nós fazemos censo agropecuário, não  
2115fazemos censo demográfico, é fundamental não só conhecer os nossos bois, nós

2116precisamos conhecer nossas florestas. E no site temos todo um detalhamento do que  
2117é esse Inventário Florestal Nacional. O principal apoio para nós realizarmos nesse  
2118inventário é a FAO, inclusive com discussão de especialistas no mundo inteiro de  
2119como seria essa metodologia. Mas nós depois, se alguém tiver interessado, só  
2120mandar um e-mail que nós mandamos material sobre esses detalhes. Tem também  
2121uma questão do Manejo Florestal Comunitário. Há um programa federal de apoio a  
2122manejo comunitário familiar de 2009. E em 2010 nós tivemos a elaboração do 1º  
2123Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar. Basicamente tem ações na  
2124caatinga, Amazônia e outros projetos de assentamento. E a ação mais forte em 2010,  
2125foi a capacitação de mais de 300 comunitários, principalmente em questões de  
2126manejo florestal. Mas no site também nós tem já o relatório desse programa, não é  
2127específico com relação ao relatório que eu teria que apresentar aqui, mas eu já acho  
2128fundamental, porque acho que a questão de Manejo Florestal Comunitário é uma das  
2129questões mais centrais que nós temos. Seja na Amazônia, na caatinga e também no  
2130cerrado. Era isso, tem o meu e-mail, todo o material foi repassado ao CONAMA, mas  
2131também tem nos sites do Serviço Florestal Brasileiro. Muito obrigado. *(Palmas!)*

2132

2133

2134**SR. ROBERTO GONÇALVES (Governo do Mato Grosso do Sul)** – Boa tarde a  
2135todos, causou-me estranheza, e eu gostaria que se possível você depois esclarecesse  
2136ao Governo do Estado. O mapa apresentado aparece em Mato Grosso do Sul  
2137algumas áreas de florestas públicas federais, eu desconheço a existência de floresta  
2138pública federal no Estado do Mato Grosso do Sul. A área assinalada, a maior área que  
2139está assinalada naquele primeiro mapa mostrado dentro do Estado do Mato Grosso  
2140do Sul, pareceu-me coincidir com a Reserva Indígena Cadiuê, eu só gostaria que  
2141isso fosse esclarecido porque, como eu disse, eu desconheço, gostaria que tivesse  
2142floresta pública federal no Mato Grosso do Sul, mas eu desconheço.

2143

2144

2145**SR. CARLOS HUMMEL (Serviço Florestal Brasileiro)** – É fácil esclarecer, você já  
2146me deu a resposta. Uma área indígena, decretada e demarcada, é uma terra pública  
2147federal, uma Unidade de Conservação Federal que tem no Mato Grosso, é uma terra  
2148pública. Então, o conceito de terra pública, engloba terra indígena, Unidade de  
2149Conservação Federal e Estadual também. Então, com certeza aquilo que está  
2150apresentado lá, são dados fidedignos das terras públicas federais já cadastradas no  
2151sistema.

2152

2153

2154**SR. ROBERTO GONÇALVES (Governo do Mato Grosso do Sul)** – Sim.  
2155Concordo que seja terra pública, disso eu sei. Mas é que na legenda, lá em verde,  
2156está dizendo floresta pública federal. Não é uma floresta pública federal, é uma terra  
2157indígena.

2158

2159

2160**SR. CARLOS HUMMEL (Serviço Florestal Brasileiro)** – Vou te mandar depois o  
2161conceito que está na lei da terra pública federal.

2162

2163

2164**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Por favor, vocês  
2165acertem o mapa depois. Mais alguma pergunta em relação à apresentação do  
2166Hummel? Bom, nós tínhamos também uma apresentação que vai ficar para amanhã,  
2167relacionada as questões das competências do Conselho Nacional de Recursos  
2168Hídricos e do CONAMA. Amanhã, às 9 horas, a Ministra vai fazer a apresentação para  
2169vocês, vai se dirigir ao CONAMA conforme nós conversamos de manhã. É muito  
2170importante que todos estejam presentes, porque ela vai para o exterior na sequência,  
2171ela está cancelando toda a agenda, derrubando toda a agenda para vir aqui amanhã  
2172às 9 horas. Essa fala da Ministra, eu considero da maior importância política. Foram  
2173discutidos aqui hoje vários assuntos que envolvem praticamente todos os atores aqui  
2174presentes, envolvem os Ministérios, envolvem os estados, envolvem os municípios,  
2175envolve o terceiro setor, envolve a nós todos como cidadãos e cidadãs, brasileiros e  
2176brasileiras, e que temos interesse nessa discussão. Eu queria insistir só para que, por  
2177favor, tentem chegar antes das 9 horas, porque ela realmente está com o tema  
2178apertado e faz questão de ter aqui ter essa comunicação com vocês. O último ponto  
2179pendente que vai ficar, é a exposição da Agência Nacional de Águas para amanhã.  
2180Queria lembrar que nós fizemos as contas aqui nos calendários em relação ao ponto  
2181do Regimento Interno, pedido de vista, nós consideramos a possibilidade de convocar  
2182uma extraordinária, mas não faria sentido, ela ficaria muito próximo, pelos prazos  
2183regimentais em vigor da próxima reunião ordinária, então, nós vamos processar a  
2184discussão do Regimento, na reunião ordinária do CONAMA de agosto, final de agosto.  
2185Se alguém quiser manifestar algum comentário...

2186

2187

2188**O SR. VICENTE ANDREU (ANA)** – Boa tarde, só 2 minutos para uma pequena  
2189explicação e justificativa. Como a Agenda do CONAMA estabeleceu esta  
2190apresentação para amanhã e eu vou estar no Congresso Nacional da CEMAI, de  
2191amanhã, está escalado o nosso superintendente, Francisco Viana, tentamos antecipá-  
2192lo para tentar concluir essa Agenda no dia de hoje, ele tem uma reunião de trabalho, o  
2193tema é Belo Monte, infelizmente nós não conseguimos fazê-lo. Eu queria chamar a  
2194atenção apenas para 2 aspectos, da apresentação que vai ser feita amanhã, mas eu  
2195gostaria de tratar desses 2 temas. O primeiro é apenas uma recomendação, de que o  
2196órgão máximo do Sistema Nacional de Águas, é o Conselho Nacional, e que a  
2197Secretaria do Conselho Nacional é exercida através do Ministério do Meio Ambiente.  
2198Evidente, que a Agência se coloca à disposição, compreendemos o processo histórico  
2199que levou a esse convite, em relação a essa temática, mas a nossa recomendação é  
2200de que o convite, quando esses temas surgirem por parte do CONAMA seja feito ao  
2201Conselho Nacional e o Conselho Nacional escolha assim o melhor expositor desse  
2202tema, para fazê-lo aqui, como eu manifestei a Agência Nacional à disposição. A  
2203segunda questão, que é muito importante, inclusive para exposição amanhã, é não  
2204colocar em contraposição os 2 conceitos que estão em debate, a vazão remanescente  
2205e a questão da vazão ecológica, há uma tendência evidentemente de você tentar  
2206substituir, complementar. No nosso ponto de vista é importante fazer o debate a  
2207respeito desses 2 conceitos, eles se encontram em níveis totalmente diferenciados  
2208também de evolução e de aplicabilidade, no âmbito do Sistema Nacional de Recursos  
2209Hídricos e é importante falar sobre eles, mas não falar sobre eles contrapondo o  
2210conceito de vazão remanescente ao conceito de vazão ecológica, como eu mencionei,  
2211porque eles têm já uma dinâmica e uma evolução bastante diferenciada no âmbito do



2212 Conselho Nacional. Mas reforço aqui o convite, para que vocês possam acompanhar  
2213 a apresentação que será feita amanhã pelo Dr. Francisco Viana.

2214

2215

2216 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA) – Bom...**

2217

2218

2219 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME) –** Mesmo com aquela proposta de uma  
2220 reunião extraordinária, acho que o tempo seria exíguo mesmo, seria difícil está  
2221 realizando, mas era uma forma da necessidade que nós sentimos de estarmos  
2222 discutindo o Regimento Interno. Eu só queria levar em consideração algumas  
2223 questões que o representante da FBCN, que pediu vistas quando a matéria foi aberta  
2224 corretamente, mas que tinha, se não me engano a informação, que vários pedidos  
2225 que foram feitos aqui no Plenário, que ele fizesse uma revisão e que informou a várias  
2226 pessoas, inclusive a mim também, que traria uma posição fechada depois do almoço.  
2227 Eu não vi o Dr. Bruno aqui, se realmente ele pediu vistas ou não. Mas eu gostaria, em  
2228 caso, acho que o vice já está consolidado, Dr. Francisco, mas eu gostaria que talvez  
2229 alguns pontos nós pudéssemos aproveitar o Plenário, inclusive pessoas que vieram aí  
2230 de outros estados, que nós pudéssemos estar analisando alguns pontos, inclusive os  
2231 pedidos de vistas, essa dificuldade que nós temos aí.

2232

2233

2234 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA) –** A proposta que  
2235 nós vamos encaminhar, vai nesse sentido. Eu só não gostaria de pautar a discussão  
2236 do regimento, pela fala da pessoa que fez o pedido de vistas, porque fica parecendo  
2237 que o indivíduo tem um peso desproporcional à realidade dos fatos. Então, vamos  
2238 trabalhar a partir do que nós tínhamos proposto. Nós temos a discussão do projeto,  
2239 temos a discussão às ementas sem caráter deliberativo, nós podemos continuar  
2240 conversando. Eu estou querendo encerrar a pauta formal hoje, para permitir que nós  
2241 continuemos a discutir aqui, mas sem também criar um constrangimento que  
2242 estaremos avançando nas competências para forçar uma deliberação. O que nós  
2243 queremos é amadurecer a discussão do Regimento, com os que estiverem aqui  
2244 presentes com os que estiverem dispostos a amadurecerem, mas fora da reunião,  
2245 porque veja bem, nós já tivemos dias de trabalho por discutir o Regimento, comissões  
2246 técnicas, comissões de preparação da reunião ordinária. Eu acho que há questões de  
2247 conteúdo que merecem a reflexão, mas nós estamos vivendo um problema de outra  
2248 natureza. Vamos terminar a reunião agora e depois eu peço que todo mundo que  
2249 quiser discutir o regimento que permaneça, para que nós continuemos conversando,  
2250 explorando um pouco, refinando os procedimentos em relação ao Regimento.

2251

2252

2253 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (FEAM) –** Eu queria pedir um  
2254 esclarecimento à Mesa, com relação ao item do Regimento Interno. Porque ele foi  
2255 sobrestado e eu entendi que nós íamos votar. Pelo menos foi essa a explicação que  
2256 me deram, que o Bruno não estava aí e ia voltar e talvez ele retirasse o pedido de  
2257 vista. Eu estou dizendo isso porque a minha tendência é pedir vistas também, porque  
2258 eu penso que ao pedir vistas, já que vai ter vistas mesmo, nós tenhamos uma  
2259 oportunidade de divulgar mais amplamente o nosso pensamento, porque aquele que

2260 pede vistas tem direito a fazer um relatório, de apresentar suas justificativas, etc. e tal.  
2261 Antes que encerrasse a reunião e isso fosse decidido, eu não quero perder a  
2262 oportunidade, se for o caso de pedir vistas, então eu quero saber se você já vai  
2263 encerrar, porque se vai encerrar e realmente o pedido de vistas está pedido. Eu estou  
2264 pedindo vistas também a esse processo do Regimento Interno.

2265

2266

2267 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – José Cláudio, eu acho o que nós  
2268 podemos fazer, fizemos aqui as contas, a próxima Plenária é 31 de agosto, quem  
2269 pediu vistas tem que fazer um parecer e tem que fazer uma ementa global. Nós  
2270 havíamos recebido algumas emendas pontuais, que nós tínhamos compilado para  
2271 facilitar a discussão de Plenária. Nada nos impede que nós continuemos a receber  
2272 isso, marcando uma data limite para o recebimento de emendas absolutamente  
2273 pontuais e ao convocar a próxima Plenária, que deve ser convocada por volta de 15  
2274 de agosto, nós também divulguemos o texto com essas compilações. Agora, para isso  
2275 é preciso que sejam emendas absolutamente pontuais antecipadas.

2276

2277

2278 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (FEAM)** – É isso que eu quero saber.  
2279 Se isso não for ocorrer, eu vou pedir vistas, mas se não for ocorrer eu vou pedir  
2280 vistas, como já está pedido.

2281

2282

2283 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Nós não estamos  
2284 aqui para restringir e nem constranger ninguém. Se você entende que é importante  
2285 pedir vistas para explicitar com mais clareza o seu posicionamento, peça vistas e será  
2286 acolhido formalmente a reunião.

2287

2288 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (FEAM)** – Então, está pedido vistas.

2289

2290

2291 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – O cronograma que  
2292 Adriana mencionou, nós vamos segui-lo. Queria dizer, antes de encerrar, o seguinte,  
2293 que nós lamentamos, em nome da coordenação, profundamente, o que ocorreu hoje,  
2294 acho que o CONAMA, sem a participação das ONGs é manco, perde a sua robustez  
2295 em grande e boa medida, mas infelizmente nós estamos vivendo problemas que estão  
2296 exigindo que nós nos posicionemos e superemos nossos conflitos. Várias são as  
2297 dificuldades que nós estamos enfrentando, são dificuldades nossas, que nós estamos  
2298 produzindo, que nós estamos construindo e nós precisamos encontrar uma forma de  
2299 superá-las e simplificá-las. As resoluções que foram aprovadas e fundamentadas no  
2300 fato de que os pedidos de vistas foram feitos de forma intempestiva, antes da  
2301 discussão da matéria e sem fundamentação. Então, é importante que fique claro,  
2302 estamos buscando observar a norma em vigor, mas do ponto de vista da qualidade  
2303 das decisões nossas aqui, a ausência dos membros da sociedade civil, desfalcam e  
2304 prejudicam o funcionamento do CONAMA, o que eu lamento muito a ausência dos  
2305 que se retiraram. Nós temos aqui agora duas questões que nós gostaríamos de  
2306 colocar em relação ao encerramento das atividades. A primeira que eu insisto com  
2307 muita demência para que todos estejam aqui às 9 horas. O pronunciamento da

2308Ministra, é um pronunciamento fundamental, para o futuro do CONAMA e da nossa  
2309Agenda. E o segundo ponto nós gostaríamos de conversar com vocês, para os que  
2310estiverem à disposição, estiverem interesse nessa conversa, explorar mais uma  
2311conversa do Regimento, o que nós pudermos avançar mais na discussão. Então nós  
2312já adiantaríamos algumas coisas aqui para facilitar lá na frente à diminuição de  
2313resistência. Então, eu vou pedir que a Adriana permaneça aqui, com (...) avançando  
2314nas discussões sobre o Regimento com os que estiverem disponíveis para continuar,  
2315para que isso refine e simplifique o trabalho nosso pela frente. Se nós não nos  
2316desburocratizarmos, se nós não nos conscientizarmos, que nós para funcionar  
2317precisamos de regras mais simples e mais aderentes a realidade, nós estaremos  
2318truncando o funcionamento do CONAMA, é essa a nossa preocupação. Estou  
2319encerrando a reunião. Gostaria de agradecer a todos a participação hoje, nós  
2320retomamos a reunião amanhã às 9 horas, impreterivelmente, com a fala da Ministra.  
2321Eu queria fazer um apela em particular para os representantes dos órgãos do  
2322Governo, é muito importante que todos estejam presentes, nós tivemos hoje a  
2323participação, por exemplo, do Ministério da Agricultura, desse processo, é uma  
2324discussão estratégica, agradecemos a participação da Secretaria dos Direitos  
2325Humanos desse processo, a participação dos órgãos de Governo do CONAMA não é  
2326uma participação simbólica, não é uma participação formal, é uma participação  
2327substantiva. A orientação da Presidente Dilma, nesse sentido de Governo que atue de  
2328forma coesa e conjunta, em relação às políticas públicas e a Política de Meio  
2329Ambiente e a Política Ambiental é uma política intergovernamental, fundamental e  
2330para que todos nós compartilhemos o que está acontecendo no Mato Grosso, no  
2331Congresso, no ambiente internacional em relação à Agenda Ambiental. Eu queria  
2332pedir também aos secretários estaduais, a uma outra pauta que eu gostaria  
2333eventualmente de conversar com os que estiverem aqui presentes ali fora. Enquanto  
2334quem puder conversar sobre o regimento permaneça aqui para discutir com a Adriana  
2335e o (...). Nós retomamos a reunião amanhã, às 9 horas da manhã. Muito obrigado.

2336

2337

2338**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Então nós pediríamos para quem  
2339pudesse permanecer em Plenário, quem tiver ainda o interesse em fazer alguma  
2340discussão, nós podemos passar ponto a ponto com as emendas já apresentadas.

2341

2342

2343**O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Bem, Adriana, nossa diretora. Devido à  
2344ausência e à falta de interesse acho que nós podemos suspender essa discussão do  
2345Regimento Interno. Eu faço essa sugestão.

2346

2347

2348**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DCONAMA)** – Helder, eu acho que você tem toda  
2349razão. Pelo que nós estamos percebendo aqui, efetivamente a dinâmica ocorrida foi  
2350outra. A dinâmica é outra, então está bem, acho que vamos encerrar e deixar para  
2351frente a discussão do Regimento.